



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Acta n.º 15

2.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 27 de Abril de 2009

Aos vinte e sete dias do mês de Abril, do ano dois mil e nove, nesta cidade de Portalegre e no Auditório do Centro de Congressos, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre sob a presidência de João Hermínio Janeiro e com a presença dos Membros da Assembleia: Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, José Chambel Tomé (em substituição de Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho, nos termos do artigo 78.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), João Florêncio Mimoso Duarte, Luís David Trindade de Moreira Testa, João Filipe Gonçalves Jesus, Adriano da Graça Capote, Maria Margarida C. Botelho Miranda, Maria Dulce Meira Bento Carrapiço, Maria Alexandra Marques Gueifão Carrilho Barata, Maria Luísa G. Moreira, Albano S. Varela e Silva, Marco Sales Cardoso, Florimundo Ceia Boneco Grilo, Diogo Júlio Cleto Serra, Luís Filipe Ribeirinho, José Manuel Reboredo P. Leite, Paula Alexandra Ribeiro Marques (em substituição de Pedro Miguel Marques, nos termos do artigo 78.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção), Paula Maria Carmona F. Tomás, Carlos Alberto Vintém, Manuel Jesus N. Marques, Carlos Manuel Campos Bilé, Alfredo Ventura Nunes, Henrique Manuel Esteves Santinho, António Manuel Lameira Dias, Valentim Manuel Mourato Nunes, Ricardo Jorge Lourenço Reia, António Joaquim Tavares Oliveira e Manuel da Conceição B. Vilela. -----

Constituição da Mesa:

Uma vez que Jaime António Azedo, Presidente da Assembleia Municipal de Portalegre não pode estar presente na reunião, em sua substituição esteve João Hermínio Janeiro que convidou para segundo-secretário da mesa a senhora Luísa Moreira. -----

O Presidente da Mesa, João Janeiro, deu início à ordem de trabalhos, eram 21.00 horas, tendo colocado à consideração dos Membros presentes dois pontos fora da ordem de trabalhos, dada a urgência dos mesmos. -----

ASSUNTOS FORA DE ORDEM:

- Centro Social e Paroquial de S. Tiago de Urra / Construção de Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção – Reconhecimento de interesse público do empreendimento e pedido de isenção de taxas; -----
- Deliberação de 2009.04.27 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- Fábrica da Igreja Paroquial de S. Tiago de Urra / Construção de Pavilhão Multiusos - Reconhecimento de interesse público do empreendimento e pedido de isenção de taxas;-----
- Deliberação de 2009.04.27 –

Após aceitação dos assuntos acima mencionados, propôs-se a respectiva votação para o final da reunião. -----
A CDU solicitou autorização da Mesa e apresentou as três Moções que a seguir se transcrevem;-----

MOÇÃO

O mais antigo órgão de comunicação social publica-se na nossa cidade e está hoje de parabéns.

O Distrito de Portalegre comemora hoje 125 anos de actividade jornalística na cidade e na região.

Tendo nascido laico é hoje uma voz da igreja católica que não deixa de cumprir o seu papel de informar, formar e inquietar os norte alentejanos residentes aqui ou em qualquer parte do mundo.

Neste dia importante para o Distrito, a Assembleia Municipal de Portalegre, junta-se a quantos lhe cantam os parabéns, saúda todos quantos contribuem para que semanalmente o Distrito de Portalegre chegue aos seus leitores e deseja-lhe que continue a informar e formar.

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção apresentada. -----

MOÇÃO

Portalegre foi ao longo dos últimos séculos um importante centro operário de onde se destacavam, quer pelo número quer pela capacidade organizativa, os operários corticeiros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Até 1910 esse operariado é fundamentalmente mutualista organizando-se em redor de diferentes instituições que, com uma única excepção, foram entretanto desaparecendo.

A excepção, a organização de carácter mutualista e cooperativo que resistiu até hoje e que neste mês de Abril, comemora 111 anos de existência é a Cooperativa Operária de Portalegre.

A Cooperativa mantém, ainda hoje, um património significativo e continua a prestar serviços de enorme significado à população de Portalegre.

A Assembleia Municipal de Portalegre reunida em sessão ordinária a 27 de Abril de 2007 decide:

1. Saudar os órgãos sociais da Cooperativa Operária Portalegrense e aplaudir o trabalho que continua a desenvolver em particular junto dos idosos e das crianças da cidade.
2. Prestar pública homenagem a uma instituição que continua a ser o melhor testemunho do esforço e da vontade de gerações de operário que com o seu trabalho promoveram o crescimento da cidade e da região.

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar a Moção apresentada. -----

MOÇÃO

EM MAIO AFIRMAR ABRIL

Cumpriram-se no passado sábado 35 anos desde a Madrugada Libertadora que recolocou Portugal nos caminhos da democracia e abriu legítimas expectativas de que também os portugueses pudessem acompanhar a marcha dos países europeus que nos pós-guerra haviam retomado os caminhos do desenvolvimento económico e social.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Desde então, os Portalegrenses, como os restantes portugueses, passaram a festejar o dia 25 de Abril e a celebrar a Revolução dos Cravos e as conquistas que esta nos proporcionou.

Em 2009, pela primeira vez, o Município de Portalegre não organizou quaisquer actividades para celebrar Abril. Limitou-se a uma sessão dita solene, promovida numa semi-clandestinidade e onde compareceram apenas os poucos que haviam sido informados ou que a força do hábito trouxe à sede do Município.

Registe-se o facto e passemos à frente.

Como há 35 anos também agora, o Primeiro de Maio poderá ratificar o apoio popular ao 25 de Abril. Este ano, quando comemoramos o 111.º aniversário do Primeiro de Maio de Rua em Portalegre, os Portalegrenses reafirmarão o seu apoio aos ideais de Abril e, reafirmarão a sua condenação às políticas que nos têm empurrado, em Portalegre, no País e no Mundo, para níveis de pobreza, precariedade e insegurança em nada compatíveis com o desenvolvimento técnico e científico que o trabalho dos homens tem vindo a conseguir.

Porque continua a acreditar e a defender os ideais de Abril, porque os 35 anos de comemoração do 1.º de Maio, em liberdade, são uma boa maneira de confirmar “as portas que Abril abriu”, a Assembleia Municipal de Portalegre reunida em sessão ordinária a 27 de Abril de 2009 decide:

1. Saudar a luta abnegada dos homens e mulheres que ao longo dos tempos, com o seu trabalho, nos legaram um concelho e uma cidade onde, apesar de algumas dificuldades continuamos a entender que vale a pena viver.
2. Saudar os trabalhadores e trabalhadoras que por todo o país irão estar na rua para celebrar Maio e reafirmar a sua vontade em construir um País desenvolvido e solidário.
3. Saudar o Dia Internacional do Trabalhador, os valores que o fizeram nascer e a necessidade de, na época que vivemos, valorizar o trabalho e os trabalhadores.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com seis abstenções, aprovar a Moção apresentada. -----

Solicitando o uso da palavra, Luís Testa disse que o Partido Socialista não poderia deixar de votar favoravelmente qualquer Moção que tenha como ponto último a evocação da data da liberdade. Como não poderia deixar de votar favoravelmente qualquer Moção que tenha como objectivo saudar e apoiar os trabalhadores que, sistematicamente, lutam pela defesa dos seus ideais, Contudo, o facto de existir alguma referência a políticas determinadas que têm como objectivo empurrar, segundo os autores da Moção, os trabalhadores para a situação em que vivem, merece a discordância do seu bloco partidário, não sendo a mesma ponto fundamental para votarem contra a Moção. Ao mesmo tempo apoiam, solidariamente, as palavras dos autores da Moção quando se referem à falta de comemorações do “Dia da Liberdade” no Concelho de Portalegre.-----

O Presidente da Mesa informou que também deram entrada Moções do Partido Socialista, as quais iriam ser lidas de seguida por um elemento do mesmo.-----

MOÇÃO

Ao passarem 35 anos, de um Portugal livre, continua a ser importante assinalar de mais um 1.º de Maio que se aproxima.

A luta dos trabalhadores, em todas as vertentes, na dignificação do trabalho como fundamental no processo produtivo de um país e de um mundo, é sem dúvida uma luta que, ela própria, é também a luta por um mundo mais junto.

Assim, os Membros da Assembleia Municipal de Portalegre, associam-se a todos os trabalhadores do Concelho no assinalar desta data, mas sobretudo naquilo que são as suas ambições.

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção apresentada. -----

MOÇÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Lado feminino do 25 de Abril

Durante o Estado Novo, instaurado em Portugal em 1933, houve um regime político conservador e tradicionalista, em que ao sexo feminino foram sempre associados os papéis de dona-de-casa, mãe, companheira e pouco mais. As mulheres eram necessárias ao Mundo para realizar tarefas como arrumar a casa, cozer a roupa, cozinhar e procriar.

Só após o 25 de Abril de 74 foram abolidas todas as restrições baseadas no sexo quanto à capacidade eleitoral de todas as cidadãs e cidadãos.

Antes temos o caso, em 1911, de Carolina Beatriz Ângelo, médica, viúva e mãe que votou nas eleições para a Assembleia Constituinte, invocando a sua qualidade de chefe de família. A lei foi posteriormente alterada, reconhecendo apenas o direito de voto aos homens.

Em 1931, foi reconhecido o direito de voto às mulheres diplomadas com cursos superiores ou secundários enquanto aos homens o exigido era o saber ler e escrever.

Em 1968, é reconhecida a igualdade de direitos políticos do homem e da mulher, mas, em relação às eleições locais, só os chefes de família podiam ser eleitores.

Passaram mais de trinta anos de democracia, mas o crescimento da presença das Mulheres na tomada de decisão tem-se produzido a um ritmo muito lento. Permanece um fosso entre o contributo das Mulheres para o desenvolvimento do País e a possibilidade que lhes é dada para tomar parte das decisões que as afectam e que afectam toda a sociedade. Permanecem mecanismos que contribuem para a sua exclusão social e política e impedem que a igualdade consagrada na lei possa ter os reflexos correspondentes na prática.

Queremos deixar e salientar aqui a mensagem, após mais um aniversário do 25 de Abril, que a Constituição Portuguesa consigna o direito a todos os cidadãos e cidadãs a “tomar parte na vida política e na direcção dos assuntos públicos do país”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Por outro lado, estabelece que “ A participação directa e activa das mulheres e homens constituem condições e instrumentos fundamentais de consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos”.

Em 2006, a Lei da Paridade veio estabelecer que as listas partidárias para o Parlamento Europeu, para a Assembleia da República e para as autarquias locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos. Esta Lei significa uma enorme vitória da Democracia e para os Direitos da Mulheres, ao reconhecer que a democracia só está completa se for representada por Homens e Mulheres.

Vivam os Direitos das Mulheres!

Viva o 25 de Abril!

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco abstenções, aprovar a Moção apresentada. -----

Solicitando o uso da palavra, Luísa Moreira disse que iria fazer uma declaração de voto para mostrar que não tinha nada a objectar em relação ao documento que foi lido a não ser a referência às quotas, contra as quais se manifestou profundamente. Referiu não poder aceitar, como mulher, que seja apenas atribuída uma quota de 33%, 40% ou de 50%, pelo que se absteve da votação. Quanto aos direitos das mulheres, considerou-os mais do que justos e que entende, devam ser preservados cada vez mais, num mundo em mudança, por defender um papel fundamental na construção de uma sociedade sobretudo mais humanizada. Informou ainda os presentes do facto de, no dia 9 de Maio, se assinalar o Dia da Europa e de que no dia 11 iria ter lugar um Fórum de Discussão com a juventude sobre que projecto europeu, que Europa e qual o papel dos jovens na construção de uma Europa mais justa, mais equilibrada e capaz de fazer face aos grandes desafios da modernidade. -----

ORDEM DO DIA:

=====



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

15 – Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a Actividade Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção; -----

Presentes os relatórios do Executivo Camarário respeitantes à Actividade Municipal, bem como os quadros demonstrativos da situação financeira da Câmara Municipal de Portalegre e dos Serviços Municipalizados da mesma. ----

Não houve qualquer intervenção a registar, por parte dos Membros presentes. -

16 – Acta n.º 14 relativa à 1.ª sessão ordinária, realizada em 27 de Fevereiro de 2009; -----

Presente a Acta referente à última reunião da Assembleia Municipal. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com seis abstenções, aprovar a respectiva Acta. -----

17 – Compra e Venda de Imóveis – Silvestre da Cruz Milhinhos Tavares; -----
- Deliberação de 2009.03.02 –

Presente carta de Silvestre da Cruz Milhinhos Tavares, solicitando autorização para vender o seu fogo, sito na Rua Dr. Ernesto Subtil, lote nº 26, 1º Dtº, em Portalegre, uma vez que ainda não passaram 5 anos após a compra do mesmo e psicologicamente não se encontrar em condições de residir no mesmo. -----
A presente proposta de decisão não é geradora de despesas que careçam de cabimento. -----

A Câmara tomou conhecimento e, conforme previsto na alínea f), do n.º 1, do Art.º 64º, da Lei n.º 169/99, de 18-09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11-01, deliberou autorizar a venda acima referida. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o documento, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 02 de Março de 2009. -----

18 – Proposta para classificação da obra de tapeçaria “Mouraria” de Vieira da Silva; -----
- Deliberação de 2009.03.16 –

Presente informação n.º 45/09, da Divisão de Cultura Turismo e Tempos Livres, datada de 2009-03-16, propondo a classificação da obra de tapeçaria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

denominada “Mouraria”, de Vieira da Silva, como um bem de interesse municipal, atendendo à relação da mesma, quer com a história da Tapeçaria de Portalegre, quer com o seu encomendador, o senhor Guy Fino.-----

A presente proposta de decisão não é geradora de despesas que careçam de cabimento.-----

A Câmara tomou conhecimento e, conforme previsto no nº 6, do Artº 15º, da Lei nº 107/01, de 08-09, deliberou declarar a referida obra como um bem de interesse municipal.-----

Solicitando o uso da palavra, Diogo Júlio disse que deveria de haver um esclarecimento sobre o ponto em questão, uma vez que não se percebia, concretamente, o que estava em causa.-----

No uso da palavra, o Vereador José Polainas informou que, em seu tempo, a Câmara Municipal de Portalegre respondeu, em carta fecha, a um leilão que fazia parte do espólio da Fábrica Fino's. Existiu outro opositor àquela compra, no entanto a Câmara salvaguardou os direitos de compra, invocando a importância da mesma. Disse ainda que, há relativamente pouco tempo, o Tribunal pediu que a Câmara Municipal de Portalegre deliberasse o interesse municipal na compra. Trata-se de uma peça única que está avaliada em cerca de quinze mil euros.-----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o documento, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 16 de Março de 2009.-----

19 – Proposta de alteração ao regulamento de alienação dos fogos propriedade da Câmara Municipal de Portalegre;-----

- Deliberação de 2009.03.30 –

Presente informação nº 105, datada de 2009-02-19 da Divisão dos Assuntos Sociais, Educação, Desporto e Juventude, propondo a alteração ao Regulamento de Alienação de Fogos Propriedade da Câmara Municipal de Portalegre aos Arrendatários, em Regime de Reserva de Propriedade.-----

A presente proposta de decisão não é geradora de despesas que careçam de cabimento.-----

A Câmara tomou conhecimento e, deliberou aprovar a alteração proposta.

Solicitando o uso da palavra, Albano Varela e Silva disse que, pelo que leu do documento, depreendeu que o que ali estaria em causa era o alargamento do prazo para pagamento das rendas das casas de vinte para vinte e cinco anos. Assim sendo, considerou a atitude positiva e surgia na senda de algumas medidas de carácter social que, ultimamente, a Câmara tinha tomado e que registou com bom grado. Contudo, bastava que, para uma pessoa que não a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

possa pagar em vinte anos mas sim em vinte e cinco, justificasse a medida tomada. Chamou a atenção para um assunto que não deveria estar por detrás daquilo. No seu ponto de vista, a aquisição das casas tem sido um bom negócio para a Câmara e para as pessoas que a compram. Por um lado, a Câmara deixará de ter despesas de manutenção daqueles prédios, receberá as verbas e será bom para as pessoas porque, de alguma forma, poderão ficar com algum património no futuro. No entanto, no mundo actual, ter património de habitação, não era um factor de ascendência social, nem deveria ser encarado como tal. Muita da crise que hoje se vive, prende-se com a noção criada na sociedade de que as pessoas têm de ser proprietárias das suas casas, dos carros, etc. De alguma forma, tal facto intersectou quer os problemas da crise, quer os valores que estão por detrás da mesma. Referiu inclusive que lhe custou a ler um parágrafo do relatório da Vereadora Social, onde dizia que para os munícipes, que podiam aceder à posse plena do imóvel, seria uma passagem gigantesca, na medida em que se tornariam proprietários, deixando o lugar de arrendatários e passando a outra plataforma social. No seu ponto de vista, existia naquela passagem um conjunto de valores sociais, os quais não eram os valores a serem defendidos por serem claramente de ascensão social a partir da pertença de objectos. O Mundo actual faz-se com pessoas cada vez melhores, com formação humana e com mais solidariedade entre si.-----

No uso da palavra, Mata Cáceres disse que o alcance social daquela medida começou quando a Câmara se propôs vender as casas, nas condições em que foram vendidas, às pessoas que as compraram e sem necessitarem de recorrer ao crédito nem sequer sofrer qualquer agravamento nos custos. As condições foram simples e desburocratizadas. O único benefício da Câmara Municipal de Portalegre seria a diminuição dos custos inerentes à manutenção. Contudo, seria salutar perceber-se que as pessoas, a partir do momento em que adquiriram as casas, passaram a ter, para com a mesma, uma postura e uma responsabilidade relativamente diferente. Disse subscrever o que foi dito em relação à crise e aos créditos à habitação, no entanto, não seria para com aquelas casa e aquelas pessoas, uma vez que, não recorreram ao crédito para tal fim. Mais frisou que era importante o facto das famílias terem acesso a um património daquela natureza, ao qual passariam a chamar seu e que o poderão legar aos seus descendentes. A medida em causa foi muito anterior ao anúncio da referida crise, portanto o que se decidiu fazer foi alargar e suavizar o processo e, na maioria das vezes, os interessados transformaram a renda de casa numa renda resolúvel. -----

No uso da palavra, Albano Silva disse que não se tinha referido, especificamente, às casas propriedade da Câmara, mas sim no geral. A medida que o Executivo tomou, já considerou ter sido bem tomada. Disse ainda que, antes da crise, já havia proposto várias medidas sociais, medidas essas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que o senhor Presidente afirmou que o Governo é que as devia ter tomado, no entanto, acabaram por arrancar já em plena crise.-----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida alteração ao documento, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 30 de Março de 2009. -----

20 – Proposta de alteração ao regulamento de arrendamento social; -----
- Deliberação de 2009.03.30 –

Presente informação nº 177, datada de 2009-03-24, da Divisão dos Assuntos Sociais, Educação, Desporto e Juventude, propondo o aditamento ao Regulamento de Arrendamento Social, acrescentando para o efeito os pontos 7 e 8, no art. 6, Capítulo II: -----

“Ponto sete: No Cálculo da prestação da renda social e da renda apoiada, de acordo com a Portaria nº 288/83, de 17 de Março e o Decreto-Lei nº166/93 de 7 de Maio, são contempladas as deduções de 4 décimos do salário mínimo nacional ao rendimento mensal do agregado familiar por cada membro desde que: -----

a) Beneficie do serviço de centro de dia ou apoio domiciliário; -----

b) Possua encargos com despesas judiciais. -----

Ponto 8: Os pedidos deverão ser acompanhados com documentos comprovativos das respectivas despesas; a) Os documentos deverão ser apresentados a todo o tempo na Divisão dos Assuntos Sociais, Educação, Desporto e Juventude – Sector da Habitação; -----

b) Não há lugar à restituição de valores já recebidos a título de renda; -

c) A Câmara Municipal poderá, em qualquer altura, requerer ou diligenciar, por qualquer meio de prova idóneo, comprovativo da veracidade das declarações apresentadas pelos requerentes ou da sua real situação económica e familiar; -----

d) A comprovada prestação de falsas declarações, tendo por fim obter a dedução a que se refere o ponto anterior, e o venha obter, ficará sujeito, para além do respectivo procedimento criminal, a devolver os montantes recebidos acrescidos dos correspondentes juros legais, para dividas à Administração Pública. -----

As alterações introduzidas ao Regulamento de Arrendamento Social são válidas por um período de 3 anos, (2009-2012), sendo o seu início 15 dias após a data da sua publicitação, pelos meios legais definidos”.-

A presente proposta de decisão não é geradora de despesas que careçam de cabimento. A Câmara tomou conhecimento e, deliberou aprovar a proposta de aditamento ao Regulamento de Arrendamento Social, acrescentando para o efeito os pontos 7 e 8, no art. 6, Capítulo II e promover a discussão pública do mesmo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida alteração ao documento, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 30 de Março de 2009. -----

21 – Plano de Pormenor do Bonfim em Portalegre - Alteração; -----
- Deliberação de 2009.03.30 –

Presente o processo referente ao Plano de Pormenor do Bonfim em Portalegre - Alteração, Freguesia de S. Lourenço, acompanhado de informação do DUOM, elaborada em 2009-03-25, referindo que terminado o período de discussão pública, não foi apresentada quaisquer reclamação, pelo que poderá a Câmara Municipal, deliberar no sentido de aprovar a proposta de alteração ao plano e envio à Assembleia Municipal. -----

A Câmara tomou conhecimento e, conforme previsto no nº 1, do Artº 79º do RJIGT, deliberou aprovar a referida proposta de alteração. -----

Novamente no uso da palavra, Albano Silva questionou o Executivo sobre o facto de a alteração ao Plano de Pormenor ter a ver com a Associação de Solidariedade dos Professores e tratar-se de um lote em que tentam fazer corresponder a área de construção do terreno. Questionou, pois, se a necessidade do procedimento seria para alargar o espaço de construção? -----

Em resposta à questão colocada, o Vereador Luís Calado disse que aquele Plano de Pormenor tinha uma génese de difícil entendimento, uma vez que, quando houve um proprietário que apresentou um planeamento baseado no plano em questão, o mesmo não foi exequível. Primeiro porque existem lotes que não têm acessibilidade; segundo porque há altimetrias e cotas de soleira que originam desníveis astronómicos em termos de custos e, como tal, constatou-se que teriam de promover, logicamente, a alteração do mesmo. ----

No uso da palavra, José Pinto Leite disse a explicação dada não estava de acordo com o entendimento inicial do Plano. No que lhe havia dado a perceber, tratava-se apenas de alterar a área de implantação do lote, mantendo a mesma área de construção. Portanto, se assim fosse iria votar a favor, no entanto, pela informação do Vereador, restavam-lhe dúvidas se a alteração seria única e exclusivamente naquele lote ou se seria generalizado, já que existiam situações perfeitamente incompreensíveis, como era o caso dos lotes sem aceso, altimetrias e cotas inexecutáveis, etc. Assim sendo teriam de alterar o Plano na sua totalidade. -----

Novamente no uso da palavra, o Vereador Luís Calado frisou que se tratava de um lote específico e que foi atribuído à Associação de Solidariedade dos Professores. Na generalidade mantinha-se como estava. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, José Pinto Leite disse não ser contra a resolução daquele problema específico, mas se estiver identificado um problema na generalidade dos lotes, recomendava à Câmara que partisse, rapidamente, para uma alteração a todo o Plano de Pormenor.-----

No uso da palavra, o Presidente da Câmara informou que estava já deliberada a revisão ao Plano de Pormenor, no seu todo. O acerto em questão era indispensável para resolver o problema dos professores, por causa das candidaturas a cumprir.-----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao documento em questão, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 30 de Março de 2009.-----

22 – Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre – Proposta de actualização do valor da taxa de recursos hídricos para 0,0185 euros/m³;-----
- Deliberação de 2009.03.30 –

Presente proposta dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre, datada de 2009-03-24, referindo que, por deliberação tomada em 2008.10.28, foi estabelecida a taxa de recursos hídricos, cujo valor foi considerado actualizável face à facturação do fornecimento de água pela empresa concessionária – Águas do Norte Alentejano – por aplicação das normas legais na facturação periódica apresentada nos Serviços.-----

A presente proposta de decisão não é geradora de despesas que careçam de cabimento. A Câmara tomou conhecimento e, deliberou aprovar o valor de 0,0185 euros/m³ (igual ao valor que o Município suporta).-----

No uso da palavra, José Pinto Leite registou o facto de a Câmara Municipal de Portalegre estava a ser muito célere em actualizar a taxa de recursos hídricos. A referida taxa é cobrada aos munícipes para depois ser paga ao Estado, mais directamente ao Ministério do Ambiente. Mais referiu que têm surgido notícias na comunicação social, há uma recomendação da Associação Nacional de Municípios para que as Câmaras não paguem aquela taxa e disse desconhecer se a Câmara Municipal de Portalegre estava, ou não, a pagar e inclusivamente foi informado, recentemente, que não a estaria a pagar na totalidade. Consta também do Relatório e Contas que lhes foi fornecido que a Câmara Municipal de Portalegre não estaria a pagar o equivalente, em termos de resíduos, à VALNOR e que existem dívidas à empresa das Águas do Norte Alentejano. Portanto, a Câmara na factura onde cobra aos munícipes, a taxa de recursos hídricos, os resíduos sólidos urbanos e o saneamento, deveria entregar as verbas a quem de direito e não o faz. O procedimento está mal e pelo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

deduziu, actualmente, recolhe o dinheiro dos munícipes, não o entregam a quem deveriam e, no entanto, estão já a alterar o preço. Disse admitir que o preço tenha de ser alterado, mas o mais importante é que o dinheiro não seja desviado, ou seja, o dinheiro que é dos munícipes e que a Câmara se encarregue de entregar às empresas ou ao Estado, conforme manda a Lei. -----

No uso da palavra, o Vereador António Biscainho disse que as informações produzidas, anteriormente, o deixam surpreendido, na medida em que induzem ao Executivo um processo de intenções e atribuição de situações, as quais não correspondem à verdade. Mais referiu que, quem teve urgência em implementar mais uma taxa dos recursos hídricos não foi aquele Executivo, foi o próprio Governo, cujas dúvidas, em termos de constitucionalidade, estão em cima da mesa e com as recomendações da Associação Nacional de Municípios de que se remetam tais assuntos para os Tribunais competentes, de forma a serem redimidos. Acrescentou ainda que, se algumas dívidas existiam à VALNOR e às Águas do Norte Alentejano tinham a ver com aquilo que foram as entradas em vigor das tarifas que a Câmara Municipal de Portalegre teve de pagar à VALNOR ainda em Agosto de 2001, sem ter a correspondente receita, pois os Regulamentos não previam a cobrança da taxa em causa. No que respeita às Águas do Norte Alentejano, pode-se afirmar o mesmo procedimento porque, a partir do dia 1 de Janeiro de 2002, a Câmara teve de fazer face a um tarifário que lhe era cobrado, quer para a água, quer para as águas residuais, sem que tivesse os tarifários ajustados àquela realidade e sem que tivesse Regulamentos que o permitissem fazer, concretamente no respeitante às águas residuais. Informou que desde então e à medida que os Regulamentos foram adequados e que as tarifas têm vindo a ser cobradas, a Câmara Municipal de Portalegre tem feito face aos seus compromissos, tanto que, naquilo que diz respeito à água, foi o que mais cedo pôde começar a ser cobrado, de acordo com o que lhes era exigido, não existe dívida. Existe pois alguma dívida relativamente às águas residuais e aos resíduos sólidos urbanos que, só cerca de dois anos mais tarde, é que foi possível implementar através da regulamentação própria. -----

Pedindo o uso da palavra, José Pinto Leite disse que, pelo que lhe foi dado a perceber, não tinha retirado aquela conclusão, uma vez que foi referido que existiam dívidas à VALNOR e às Águas do Norte Alentejano e não lhe foi respondido se, efectivamente, estava paga a taxa de recursos hídricos. Entendeu que algumas daquelas dívidas seriam de tempos em que ainda não cobravam aos munícipes e portanto, solicitou a reafirmação se, desde o momento em que começaram a cobrar, se entregaram todas as verbas às entidades devidas. -----

Solicitando o uso da palavra, Adriano Capote disse que em causa própria, muitas das vezes, lhe custa falar de coisas que foram aprovadas e que previam determinados acontecimentos, lembrando o facto de Joaquim Miranda ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

acreditado piamente que o Ministro do Ambiente daquela época, o eng.º Sócrates, estaria a fazer bem e a levar a aprovar a entrada nas Águas do Norte Alentejano, porque iria ser melhor para todos, a verdade é que nem o Joaquim Miranda acertou e nem a melhoria veio com a criação da empresa das Águas do Norte Alentejano. A razão foi que a água começou a ser tratada como um bem de consumo igual a outro qualquer. No seu entender, seria bom que a Câmara Municipal de Portalegre, que se relaciona muito com o Norte e, mais propriamente com Castelo Branco, começasse a pensar e a ver até que ponto é que no Sul, nas Câmaras da CDU, já têm tentado uma forma de sair das Águas de Portugal. Portalegre deverá pensar que, antes de medidas de carácter social, depois das pessoas não terem dinheiro para pagar a água, que fossem criadas as condições para que a água não fosse considerada um bem de consumo. Se assim continuar, quem ganha é quem tem a lógica capitalista pura e simples, conforme se tem assistido. Por último, recomendou à Câmara que comece a enveredar por protocolos e acordos, não só para o Turismo, mas também para a questão da água, porque se a mesma tiver de ser paga até ao fim, custará mais e, qualquer dia, não pode ser bebida. O direito à água é igual ao direito à habitação, não tem de ser uma casa própria, pode ser uma casa arrendada. A água não tem de ser paga integralmente por todos, porque senão pagamos a saúde, a água, etc. -----

No uso da palavra, o Vereador António Biscainho informou não ter sido o Joaquim Miranda que votou aquela situação, mas sim a CDU, uma vez que o próprio votou na Câmara e os eleitos da CDU, na Assembleia Municipal, também votaram. As questões da água remontam ao ano de 2001 e contra factos não existem argumentos. É a realidade que têm, mas a realidade actual, tendo nascido naquela altura, já previa que as questões da água, tendo em conta a alta e a baixa, não iriam conduzir a lado nenhum que não fosse ao ponto em que hoje se encontram. Frisou que quem gere a alta também deveria gerir a baixa, porque, quando a discussão esteve em cima da mesa foi a decisão mais consensual que se conseguiu obter. O facto era que, quem gere a baixa são os Serviços Municipalizados e a Câmara e estavam sujeitos aos tarifários apresentados pelas empresas do sector, mediante despacho ministerial. Quanto à questão colocada pelo José Pinto Leite, disse que as taxas de recursos hídricos entraram em vigor em Julho do ano de 2008 e o Executivo não estava, devidamente, preparado para tal e só na seguinte reunião da Assembleia Municipal, realizada em Setembro, é que se aprovaram as referidas taxas e também só foram cobradas a partir daquela altura, tendo o Município suportado os retroactivos que eram devidos à administração dos recursos hídricos. Houve uma situação recente relativamente a algumas taxas de sistemas autónomos, que não estão integrados no sistema multimunicipal, que a administração lhes começou a cobrar directamente. Aquele pagamento não foi feito logo porque a taxa foi apresentada, pura e simplesmente, para pagar um determinado valor por cada metro cúbico. Devolveram-se as facturas e solicitaram-se os devidos esclarecimentos sobre a forma como os cálculos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

havia sido apresentados. Portanto, o eventual atraso deveu-se àquela circunstância, como aliás já tinha acontecido para com as Águas do Norte Alentejano, quando, pela primeira vez, foram apresentadas as contas. Mais informou que, em reunião de Câmara, ficou decidido apresentar o recurso ao Tribunal para contestar a situação, tal como a Associação nacional de Municípios o recomenda. Não obstante aquela situação, optaram por cobrar e pagar, porque nada lhes garantia que qualquer situação em Tribunal viesse a ser decidida favoravelmente e corriam o risco de acumular dívidas durante anos, de várias dezenas de milhares de euros, que depois teria de ser o Município a suportar. Estão na expectativa para ver se serão os Municípios a terem razão e, nesse caso, receber para depois devolver aos munícipes, como tem acontecido às tarifas de saneamento, nos casos em que as pessoas têm fossas e que não estavam sujeitas aquela tarifa. Por último, deixou claro que não existia nenhum tipo de cobrança que, posteriormente, não tenha reflexo em termos de entrega e de pagamento às entidades a quem é devido, bem como tudo aquilo que sejam dívidas, quer à VALNOR, quer às Águas do Norte Alentejano, dizem respeito ao período em que a Câmara não possuía os instrumentos legais para efectuar a cobrança aos munícipes e a consequente transferência às entidades. -----

No uso da palavra, Mata Cáceres, acrescentou que gostaria de saber a forma, sustentada pela CDU, para que as Câmaras do Distrito resolvessem o problema da água, sem que fosse através das Águas do Norte Alentejano. Estaria disposto a discutir tal pormenor até à exaustão. Na sua opinião, são pontos de vista e conceitos diferentes. Contudo, no que respeita à água, o que foi feito foi criar o Cartão Social do Munícipe, para as pessoas portadoras de determinadas carências e que são ajudadas a não ter os reflexos do custo da água, que subiu drasticamente. Não tem dúvidas de que o custo da mesma irá subir ainda mais porque a água para chegar à cidade tem custos elevados. Possivelmente até serão dos que podem, eventualmente, ter mais condições para equacionar alguma emancipação, embora lhe restem algumas dúvidas. Relativamente a Castelo Branco, o que foi diferente foi que Portalegre negociou a entrada nas águas e a indemnização dada já depois de o negócio estar concretizado, portanto, à posteriori. Os de Castelo Branco, por seu lado, negociaram à anteriori. Logo, em situações praticamente equiparadas, receberam pouco, ou quase nada, comparativamente a Castelo Branco que recebeu, aproximadamente, 60 milhões de euros. Mais referiu que, na actual negociação da eventual passagem para a baixa, já estão a negociar previamente (à anteriori). Por fim, questionou Adriano Capote sobre a forma de a CDU resolver o problema sem ser através das Águas do Norte Alentejano. No que diz respeito às questões da água e da intervenção da Câmara, uma das coisas que lhe apraz registar, através daqueles que elaboraram o trabalho no terreno, era o facto de as perdas de água serem, actualmente, de apenas 18% ao invés dos anteriores 40%. Supõe estarem ao nível do que existe de maior eficácia naquela área e poucos serão os Municípios que tenham



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

números melhores que aqueles. Todo o trabalho que foi feito, em termos da separação das águas pluviais, da melhoria das condutas, dos afluentes, etc. deixa-o bastante satisfeito. Claro que, quando se fala do endividamento, noutra fórum, naturalmente que o mesmo aparece relacionado com todas aquelas intervenções. -----

Novamente no uso da palavra, Adriano Capote disse que o seu partido continuava à espera da devida homenagem ao Dr. Joaquim Miranda, que a autarquia continua por executar, relativamente à rua com o seu nome. Ao ter mencionado Joaquim Miranda, disse ainda ter estado na Assembleia Municipal quando o assunto em causa foi aprovado. O Dr. Joaquim Miranda era o líder da CDU e, politicamente, seria feito um negócio com José Sócrates, então Ministro do Ambiente, o qual todos pensaram que estava errado e, entretanto se veio a confirmar. Quanto à resolução do dito problema, já havia referido que, se considerarem a água um bem de consumo, será impossível resolver de outra maneira, porque a capacidade de decisão sobre o preço da água, que é um bem de carácter social, é da responsabilidade das Águas de Portugal e não de uma Câmara que se pretende junto das pessoas. Portanto, uma vez mais, o que recomenda à Câmara Municipal de Portalegre é que tenha atenção àquela situação. Disse ainda que, ao falar da zona Sul, não significa a parte Sul do Distrito de Portalegre da CDU, mas sim de Montemor, Vendas Novas, etc. que tentam, por vezes, romper a relação com as Águas de Portugal. No contexto de ser uma empresa, puramente, fornecedora de um bem de consumo que é a água, naturalmente que a gestão da mesma pretende ganhar. Por outro lado, se for encarada como um bem social e de domínio público, terão de ser tomadas opções por quem tem responsabilidades políticas para com o Município e os seus munícipes. -----

Pedindo o uso da palavra, João Pinto Leite manifestou o seu desapontamento quanto às palavras proferidas por Adriano Capote, porque, na prática, estava a apontar o caminho para voltar à altura em que três quartos da água eram impróprios para consumo, em que cada Município resolvia a questão de qualquer maneira, abrindo poços e furos, etc. Quanto a saneamento, sem controle, poluía o ambiente. Frisou que tem de existir profissionalismo e montarem-se sistemas como os que foram montados, contudo, devem melhorar-se os sistemas de gestão das Águas de Portugal, que são uma empresa pública, com capital de Estado e Câmaras. Sabe-se que as sociedades em Portugal com as Câmaras, mesmo que sejam minoritárias, as Câmaras têm uma força política que consegue influenciar muitas coisas. Portanto, não estava a falar de uma qualquer multinacional privada que apenas pretendia ganhar dinheiro. As Águas de Portugal têm um passivo brutal porque têm feito investimentos voluptuosos, devido ao facto de o País ter mudado, completamente, a face quanto à água, desde as pequenas aldeias aos grandes Municípios e muito saneamento, que não existia há dez anos atrás. A visão de futuro de Joaquim Miranda ia de encontro àquele caminho seguido. O facto de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

estarem num Município como o de Portalegre que, porventura poderia sobreviver sozinho mas sendo capital de Distrito tem a liderança e, conseqüentemente, a obrigação de fazer mais. Por tal razão, o resto do Distrito não iria sobreviver sem Portalegre. Disse ainda que as empresas intermunicipais se encontram com graves problemas e sem resolução possível. São, efectivamente, modelos que têm de ser aperfeiçoados e será evidente que a gestão de proximidade tem o seu valor e que a de não proximidade se torna menos eficiente, mas tem de se ir melhorando para ganhar qualidade. ----

No uso da palavra, Diogo Júlio disse que, provavelmente, José Pinto Leite se tinha equivocado quanto ao significado das palavras de Adriano Capote a respeito da tentativa de regresso ao passado, em que não havia água nem saneamento de qualidade. Não era naquele sentido. O que a CDU defendia era que houvessem Associações Intermunicipais e que, à força do Poder Político, o caminho não tivesse ido pelas empresas intermunicipais. Referiu que foi no Alentejo central que se proibiu que aquelas empresas tivessem acesso aos fundos comunitários para poderem efectuar investimentos que só as Águas de Portugal podiam fazer. Na sua opinião, no respeitante à água e à luz, o que estava em causa era uma questão política. Era visível a todos os lucros resultantes da electricidade, no valor de mil milhões de euros, numa altura em que todos perdem dinheiro. Lucros que se foram retirar ao bolso dos portugueses e das empresas que pagam muito mais caro do que os vizinhos do lado. Quanto às Águas de Portugal, espera-se para ver se, dentro de algum tempo, as receitas não passarão dos 51% para a privatização, quando a água for o negócio do século, conforme foi anunciado. -----

Novamente no uso da palavra, Adriano Capote disse que, em jeito de conclusão, quis deixar claro aos presentes que se referiu não a um sistema de organização das águas num quadro capitalista e lucrativo, como têm estado habituados, da parte do partido socialista. Existe a ideia de que tudo o que é público e de interesse social, tem de ser lucrativo ou, pelo menos, tem de ser pago e a lógica do utilizador/comprador ou pagador está também na água. -----

No uso da palavra, o Vereador Biscainho quis deixar um apontamento final, relativamente à questão das tarifas, para que não subsistissem dúvidas. Com o Governo actual ou com qualquer outro, naturalmente que as águas deverão seguir por um caminho de privatização. Informou que, quanto à tarifa aplicada pela Câmara aos consumidores, não estava a ser cumprida a Lei das Finanças Locais nem nenhuma disposição legal que os obrigasse a repercutir no consumidor aquilo que era o custo do serviço. A tarifa aplicada aos resíduos sólidos urbanos ou saneamento era o estritamente necessário para satisfazer os compromissos financeiros com as Águas do Norte Alentejano e com a VALNOR, nem sequer em termos de recuperação da dívida atrasada. Com a água, o procedimento não era, propriamente, igual porque a tarifa cobria somente o necessário para o funcionamento dos Serviço Municipalizados, não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

deixando sequer uma margem significativa para investimentos, considerando que aquilo que eram os fundos comunitários que se conseguiram absorver no âmbito do III Quadro para efectuar remodelações e aumentos na rede, terminaram há três anos.-----

Pedindo o uso da palavra, Luís Testa considerou que o facto de ali estarem a discutir o modelo que foi tomado há alguns anos atrás e se não seria preferível voltar para o antigamente, aquilo que foi a entrada em cena das empresas multimunicipais, se resumia a uma discussão estéril. Na sua óptica, o serviço público de abastecimento de água, antes do cenário actual, era absolutamente caótico, tendo-se revelado dramático em certos Concelhos. Inclusive, no que concerne ao tratamento das águas, feito com deficiências em muitos Concelhos, fez perigar a saúde da população. Frisou que não devem esquecer que, ao mesmo tempo que se cuida de um serviço público, está-se a lidar com a saúde pública e o facto elementar que o novo cenário de gestão veio trazer para as águas do País foi, sem dúvida, de qualidade. Pois hoje todos assumem, com segurança, que as águas são melhor tratadas e o serviço é melhor prestado do que era anteriormente. Obviamente que um serviço de qualidade tem um custo acrescido. No entanto, aquele custo é, certamente, repassado para o consumidor final, que terá de contribuir para o respectivo pagamento da factura. Uma vez que o capital estatutário depende, ou das Câmaras, ou do Estado, depende também dos impostos e se depende dos impostos os mesmos têm de ser pagos para se suportarem as tarifas da água.

Novamente no uso da palavra, Mata Cáceres informou que o preocupante na questão da água era quando as Câmaras mencionavam as Águas de Portugal como um parceiro distante, longínquo e sem que estejam disponíveis para dialogar e entende-se que aquela problemática das águas é para ser resolvida pela dita empresa. Disse que há quem defenda que deveriam ser as autarquias a suportar o preço da água. Na questão da água há duas coisas muito importantes: sabê-la poupar e sabê-la gerir. Têm de se tomar medidas para ser devidamente gerida, como por exemplo na rega dos parques, que na sua maioria, já estava a ser utilizada água não potável. Mais referiu que o drama existente nas Águas do Norte Alentejano era quando, por vezes, alguns dos parceiros, se comportam desinteressadamente do problema da água, deixando para alguém resolver, revelando um estado de espírito desadequado à realidade. Declarou estarem num novo patamar da evolução das negociações e o que devia existir era uma política social de forma a ajudar os que têm falta de água. Referiu ser inevitável que o custo da água, no momento em que exige esforços de captação e de transporte, tem de onerar o produto final. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com sete abstenções, aprovar a proposta apresentada, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 30 de Março de 2009.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

23 – Proposta de regulamento e implementação de loja social em Portalegre; -- - Deliberação de 2009.03.30 –

Presente informação nº 178, datada de 2009-03-24, da Divisão dos Assuntos Sociais, Educação, Desporto e Juventude, propondo a implementação da Loja Social em Portalegre e respectivo Regulamento. -----

A presente proposta de decisão não é geradora de despesas que careçam de cabimento.-----

A Câmara tomou conhecimento e, deliberou aprovar a proposta de implementação da Loja Social em Portalegre e respectivo Regulamento. -----

No uso da palavra, Diogo Júlio disse terem seguido com atenção a referida proposta e pensam que a loja social será uma almofada importante, tendo em conta a situação actual que se vive, no entanto não quiseram deixar passar em claro que mais importante do que aquilo era a tentativa de encontrar soluções para resolver o problema do desemprego, da deslocalização das empresas, bem como a falta das mesmas. O problema nunca poderá ser resolvido com a preocupação das almofadas sociais, que têm por detrás posturas que considera incorrectas. É necessário arranjar formas com os trabalhadores e com as pessoas para alterar a situação, pois o problema não pode nunca ser as pessoas. As pessoas são parte da solução. -----

Solicitando o uso da palavra, Albano Varela e Silva disse registar com agrado a proposta em questão, no entanto a afirmação anterior fez-lhe lembrar a tese de um filósofo Marxista que dizia que "...dar uma esmola a um pobre era atrasar a revolução". De facto, o que ali estava em causa não era uma esmola, pois se fosse uma esmola não teria o apoio do seu grupo; o que ali estava em causa era a dignidade pessoal das pessoas ao poderem viver e, no momento actual, poderem ter pela frente oportunidades na vida. Se, por outro lado, forem lançadas para as ruas, para os sem abrigo, provavelmente não serão capazes de responder a desafios que lhes sejam colocados. Referiu que o objecto daquela loja social, no que dizia respeito aquilo que se pretendia socializar, era de sublinhar porque era um complemento importante aos bancos alimentares e pensa em questões como equipamentos domésticos, brinquedos, mobílias e refeições confeccionadas, que são claramente uma mais-valia em relação ao que fazem os bancos alimentares. No fundo o que ali se apresenta era um desafio de solidariedade social, em que se pretendia que as empresas, os particulares e as instituições contribuíssem para a loja social. -----

No uso da palavra, Mata Cáceres disse que a situação actual que se vive tem contornos de grande preocupação e deverá ser tratada por todos com grande sentido de responsabilidade e respeito. Todos os dias, se confrontam com alguns casos arrepiantes e complexos, portanto têm necessidade de tratar de todos com muita diplomacia porque, de facto, vivem-se dramas que são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

desconhecidos mas que existem. Informou que, quanto àquela questão social, farão tudo o que estiver ao alcance e, se necessário for, sacrificam outras situações, para fazer uma política social actual. Na questão do emprego, o que lhe competia e ao seu Executivo camarário era, numa primeira instância e à anteriori, criar condições para que as empresas se fixem e desenvolvam a sua actividade e criem postos de trabalho. Não poderá ser a Câmara Municipal de Portalegre, propriamente, a alternativa à criação de empregos. Actualmente, sente-se à vontade para dizer que, na Zona Industrial, não ficou por instalar nenhum empresário, por não ter espaço de acolhimento. Para que sejam criadas oportunidades para os jovens, têm de se ter as condições para que as empresas se possam instalar. Mais disse que o desenvolvimento que tem de chegar à região, independentemente de não se esquecer dos apoios e dos investimentos que a Administração Central tem canalizado para cá, como sendo o caso do Ministério da educação, da escola da GNR, etc., mas a capacidade de criar emprego tem que advir do investimento privado, ou então, quando chegarem ao patamar seguinte, serão confrontados com as despesas correntes que iriam inviabilizar todo o processo. Portanto, em antecipação àquelas situações, é da opinião de que a decisão de criar as condições de acolhimento das empresas, quer as que se deslocalizaram e aumentaram a sua viabilidade, quer as que se vão instalando, foi a melhor resposta. Contudo, a responsabilidade de criar mais emprego será, principalmente, do Estado. No que diz respeito à Loja Social, as Juntas de Freguesia já foram contactadas e colocadas a par das medidas a tomar, no sentido de diagnosticar quem é quem, em cada local, para se identificar as pessoas e/ou famílias que precisam de ser ajudadas, sempre com o respeito e discrição necessários. Informou que realizaram uma reunião com o Banco Alimentar contra a fome e uma das principais questões referidas foi o facto de aproximar a possibilidade das pessoas poderem fazer face a necessidades alimentares articulando toda uma série de políticas, com as entidades que estão no terreno, para se obter uma certa colaboração e tentar gerir toda aquela problemática. Disse ainda estarem receptivos à transferência de funções e, no que respeita à política social, há muito tempo que reivindicam que seja passado para a Câmara aquilo que acham ser a política que os serviços sociais não fazem correctamente, acreditando que a elasticidade e capacidade da Autarquia seria maior. Frisou o facto de o departamento social da Câmara ter uma percepção daquilo que é a realidade social e de estarem em cima do acontecimento. Há relativamente pouco tempo esteve presente o Secretário de Estado João Ferrão, pessoa que tutela as construções de habitação social e reafirmou a aprovação do pacote que a Câmara tem, de cerca de cem milhões de euros, para utilizar naquela área. Foi sugerido que, em vez de se tratar de todo o processo em dois ou três anos se fizesse de uma forma mais célere, para resolver a carência de casa a quem mais precisa e, ao mesmo tempo, dar um contributo à causa do comércio tradicional que está no interior da cidade e à questão do emprego, pulverizando-o com obras de reabilitação urbana. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Luís Testa disse que tudo o que respeita à questão de apoios sociais, quer a jusante ao nível do investimento, da criação de postos de trabalho e da criação de emprego, quer àqueles que caíram numa situação precária, são temas nos quais se aprofunda a discussão e todos têm boas soluções para oferecer. No entanto, certas soluções tornam-se controversas e poderão ser melhoradas se todos falarem das mesmas. Na sua opinião, não seria descabido agendar uma reunião naquele sentido e debaterem as medidas para atenuar a crise. Entre todos poderiam, eventualmente, arranjar um melhor eixo para lograr a favor da cidade.-----

Novamente no uso da palavra, o Presidente da Câmara, manifestou a sua disponibilidade para a proposta anteriormente apresentada. No entanto, há uns tempos atrás foi ali dito, por certos Membros, que a Zona Industrial foi um exagero, uma exorbitância, etc. Portanto, quando o Vereador falou da questão das medidas sociais, para se agendar, não foi cortada qualquer possibilidade de vir a acontecer. Nunca foram caracterizados por não aceitar sugestões que fossem interessantes, no entanto é preciso fazer uma destrição entre quem faz propostas para outros executarem e entre quem tem de as fazer e suportar. ----

Pedindo o uso da palavra, Luís Testa referiu que a posição do Presidente da Câmara, relativamente à oposição, era diferente da de há uns tempos atrás. O que, fundamentalmente, quis propor à Mesa da Assembleia Municipal era que se agendasse uma reunião extraordinária, tendo como base o assunto que ali estava a ser discutido, num único ponto de ordem de trabalhos. -----

No uso da palavra, Diogo Júlio não quis deixar passar a oportunidade sem recomendar à Mesa para que não fosse agendada a reunião proposta juntamente com a da Agenda 21, pois já estão há muito tempo à espera da mesma e sugeriu que fossem mais céleres na marcação. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 30 de Março de 2009. -----

24 – Cessão de Exploração do Bar da Piscina do Açude – Reguengo; -----

- Deliberação de 2009.03.30 –

Presente informação nº 134, datada de 2009-03-19, do Serviço de Património, relativa a exploração dos bares das Piscinas Municipais. -----

A Câmara tomou conhecimento e deliberou: -----

a) Abrir procedimento de hasta pública, para a exploração do bar da Quinta da Saúde;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

b) Manter o contrato de cessão de exploração do bar da Piscina do Açude, a título excepcional, à Junta de Freguesia de Reguengo, mediante a celebração de Protocolo de Delegação de Competências;

c) Prorrogar por mais dois anos o contrato de cessão de exploração do bar da Piscina da Ribeira de Nisa, nos termos da cláusula 11.ª do contrato celebrado em 2004;-----

d) Considerando as circunstâncias relativas à impossibilidade de licenciamento das instalações do bar/restaurante, conforme o contrato estabelecido em 2006-08-09 com a firma Pedro & Aline – Similares de Hotelaria, Ld.ª, de que resultaram prejuízos para o concessionário, estabelecer negociações com o mesmo, mandatando para o efeito o Vereador Luís Calado. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o referido assunto, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 30 de Março de 2009. -----

25 – Proposta de alteração ao regulamento do cartão social do município; -----
- Deliberação de 2009.04.16 –

Presente informação n.º 17, datada de 2009-04-09, do Departamento dos Assuntos Sociais, Cultura, Educação, Desporto e Turismo propondo a alteração do Regulamento do Cartão Social do Município de Portalegre. -----
A presente proposta de decisão não é geradora de despesas que careçam de cabimento. -----

A Câmara tomou conhecimento e, conforme o previsto na alínea a) do n.º 7, do Art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A, de 11/01, deliberou aprovar as alterações ao respectivo Regulamento. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao respectivo Regulamento, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 16 de Abril de 2009. -----

26 – Relatório de Gestão e Prestação de Contas da Câmara Municipal de Portalegre do ano de 2008;-----
- Deliberação de 2009.04.16 –

Presente informação da Divisão Financeira, remetendo o Relatório de Gestão e Prestação de Contas da Câmara Municipal de Portalegre do ano de 2008.-----
A presente proposta de decisão não é geradora de despesas que careçam de cabimento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Câmara tomou conhecimento e, conforme o previsto na alínea e) do n.º 2, do Art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A, de 11/01, deliberou aprovar o documento em causa. -----

Solicitando o uso da palavra, José Pinto Leite disse que aquele era, efectivamente, um ponto importante da ordem de trabalhos e era com alguma preocupação que tinham analisado o mesmo. Disse que nem todas as partes do referido relatório eram perceptíveis, algumas eram muito técnicas, outras não estariam bem identificadas, mas fez questão de tecer algumas considerações mais globais. Estava descrito um mapa que indicava um valor total executado de quarenta e dois milhões de euros, sendo certo que houve uma injeção extraordinária de capital de um empréstimo de longo prazo, fruto de um reequilíbrio financeiro, aprovado naquela Assembleia Municipal, em Setembro de 2008. Portanto, o total que ali estava no mapa resumo, dos empréstimos a médio e longo prazo, era de 17.824.000,00€. Se for retirado o empréstimo extraordinário, e se reduzirem aos 42 milhões, restam os 24 milhões, que seria o orçamento normal daquela Câmara. Dali concluíram que nos anos em que se chegou a ter orçamentos de 60 milhões de euros, eram completa fantasia, conforme se veio a provar e que deram mau resultado. Ou seja, o orçamento está em 24 milhões de euros, aliás, o de 2008 que foi apresentado como sendo um orçamento de rigor, por contraponto aos anteriores que não tinham sido, foi de 28 milhões, portanto encontrava-se com “os pés assentes na terra” e as possibilidades de orçamento para a Câmara Municipal de Portalegre são, infelizmente, abaixo dos trinta milhões. Mais referiu que o primeiro considerando de execução de 24 milhões de euros, era esperado, mas relativamente ao balanço confessou ter ficado preocupado, porque, em Setembro último, quando foi aprovado o reequilíbrio financeiro e o empréstimo dos 17 milhões de euros, a dívida de curto prazo importava em 24 milhões. Portanto, aquele empréstimo foi para “limpar”, de uma maneira geral, as dívidas que já vinham detrás e se tornaram insuportáveis de continuar. Disse ainda que, naquele balanço, o dito empréstimo de longo prazo passou de 16 para 34,5 milhões, ou seja, era suposto que diminuísse os 18 milhões de euros no de curto prazo. Verificou-se que o empréstimo de curto prazo passou de 24 apenas para 11 milhões; se tivessem aplicado os 18 milhões nos 24, de curto prazo, teriam actualmente uma dívida de 6 milhões; o que leva a concluir que, entre 15 Agosto e 31 de Dezembro de 2008, existiu uma derrapagem de 5 milhões de euros. No seu ponto de vista é preocupante existir uma nova dívida de curto prazo de 5 milhões. Onde estão indicados os valores referentes a “outros” e “proveitos diferidos”, não entende, concretamente, o que significam, mas movimentam quantias enormes, sem estarem discriminadas. Questionou os responsáveis se, nos 11 milhões de curto prazo e 34 milhões de longo prazo, a dívida da Câmara passou dos 40 para os 45 milhões de euros e se as dívidas da Câmara Municipal de Portalegre para com o Mercado Municipal e a Robinson estariam ou nos 34 ou nos 11 milhões. Portanto, terá de se esclarecer no ponto seguinte, até porque se percebe pelo Relatório e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Contas da Fundação Robinson, que a Câmara teria compromissos que não foram assumidos. Relativamente ao processo extraordinário da Câmara para tentar liquidar a dívida em causa, com os já referidos 17 milhões de euros, os quais se pensou que, na altura devida, iriam resolver, minimamente, o problema da Câmara Municipal de Portalegre, tiveram a confirmação de que tal não aconteceu e, inclusive, aumentou em mais 5 milhões, à responsabilidade do Executivo. A Assembleia Municipal deve sempre fiscalizar procedimentos daquele género, porque perante tal situação, não pôde deixar passar sem tecer considerações à maneira como, pelos documentos que lhes foram entregues, a situação das dívidas aos fornecedores foi tratada. Foi-lhes dado um documento de 25 páginas com as dívidas a fornecedores em que cada página tinha, aproximadamente, 28 linhas, o que equivalia a cerca de 600 fornecedores da Câmara Municipal de Portalegre e, portanto, foram listadas as dívidas em 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 2008. Esperava contar, na referida lista, que a maior parte das dívidas de pequena monta, com a dita injeção dos milhões, tivesse desaparecido. Um fornecedor a quem se deve 4 milhões de euros e se paga 3,5 milhões, a diferença não é muito grande, por outro lado, 100 mil euros pode “arrumar” com cem fornecedores a quem se deva 1000 euros. Mais referiu ter verificado, nas listas, que haviam imensas dívidas que eram iguaizinhas nos dias 1 de Janeiro e 31 de Dezembro do ano passado, portanto, salvo coincidência extraordinária, tratava-se da mesma dívida que ainda estava por liquidar em Dezembro, tendo exemplificado alguns casos. Supostamente, deveria ter existido um critério eficaz para resolução das dívidas aos pequenos fornecedores e, curiosamente, constavam fornecedores do mesmo tipo/serviço a quem se tinha pago e outros não. Portanto, aqueles 600 fornecedores que pensou tivessem sido, drasticamente, diminuídos, na verdade continuam a ter as contas por regularizar, o que lhe causa bastante estranheza. Se qualquer cidadão dever ao Fisco, logo consta o seu nome na internet. Embora não tivesse proposto que a listagem em debate fosse remetida para a internet, disse que a Câmara Municipal de Portalegre deveria, no prazo máximo de um mês ou dois, verificar criteriosamente a situação e liquidar as dívidas menores e com maior atraso e depois então enviar para a internet, por forma a dar uma maior transparência aquelas questões. -----

No uso da palavra, Adriano Capote disse que a CDU não se admirou com as contas apresentadas acerca do ano de 2008, porque mostravam, claramente, como a Câmara Municipal de Portalegre era gerida, desde 2002 até à data de hoje, ou seja, endividando-se. Bastava olhar para o mapa dos endividamentos. Se foi verdade que em 2007 se conseguiu baixar para um valor razoável, o certo era que os imprevistos acontecem e os erros daquela gestão do endividamento, em 2008, implicaram os 17 milhões para pagar dívidas a curto prazo que não fez, mas que também não investiu. Portanto, quando se olham para as contas da Câmara, a mesma endivida-se. Disse conhecerem bem o lema do Presidente da Câmara: “prefiro estar a dever, do que não fazer nada!”. Quando a CDU votou pela primeira vez contra a contracção de um empréstimo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

fê-lo dizendo, claramente, ao Presidente da Câmara que não gostavam de ver a Câmara Municipal de Portalegre no rol do Crédito mal parado, tal e qual o novo rico que compra um automóvel caro sem ter dinheiro para o manter. A Câmara fez idêntico ao endividar-se de tal forma, sem saber quando, como e de que maneira iria pagar as dívidas. Tanto que não sabe, que actualmente tem a sorte de a crise fazer baixar os juros e as contas são aquelas porque ainda está em períodos de carência. Mais ainda, estava descrito, erradamente, no relatório que as receitas correntes estão mais equilibradas, apenas o estavam porque não dependem tanto de impostos directos e não foram capazes de ver que algumas daquelas receitas vieram, fundamentalmente, da venda de bens e serviços e também tiveram uma quebra tremenda na venda das propriedades. Sem se saber como nem porquê aquela Câmara diz que está melhor e mais equilibrada. Referiu que os números estavam mal interpretados. Mais disse que não se compreende a Câmara ter apresentado um acréscimo de transferências para as Associações, quando a quebra foi, efectivamente, de 29%, bem como, o facto de a própria vender bens de investimento e aumentar o seu activo, não através de terrenos, uma vez que já os vendeu, já não os tem. Não os vendeu todos, mas também não os aumentou. Questionou o Executivo como é que pretendem responder aos endividamentos e pagar os juros, quando acabar o período de carência, se não têm como? Por outro lado, como é que numa engenharia financeira, se aumenta o activo, pondo indemnizações em curso que, para o ano, irão ter amortizações? No seu ponto de vista, com tais procedimentos vão empenhar, ainda mais, os que vierem a seguir. Tanto que, a própria Câmara, no seu relatório de gestão diz que todos os empréstimos futuros terão que estar fora dos excepcionados, ou seja, não podem pedir mais nada que não seja excepcionado, o que a tornará dependente daquilo que alguém decidir pela Câmara. Concluiu dizendo que, além das emendas que podem e devem ser feitas, o seu partido votaria contra porque não concordaram com a política de gestão daquele Executivo. Realmente, as obras estão à vista, mas como serão pagas é que ninguém sabe e apesar de terem conseguido um resultado líquido melhor do que o do ano passado, também por engenharia financeira e técnica, a verdade era que não vislumbrava para aquela Câmara, seja governada por quem for, a partir do ano que vem, capacidade de resolver a dívida e de forma a fazer uma Loja Social, porque muitas obras ficaram em aberto por não haver dinheiro no ano transacto.-----

No uso da palavra, o Vereador Biscainho disse que as palavras anteriormente proferidas estariam imbuídas de muitas situações que não correspondem às referidas. Questionou o último interveniente se a dívida até ao ano de 2005 era boa e a partir de 2005 tinha passado a ser má? Relativamente ao que foi referido por José Pinto Leite, mostrando preocupação com os 5 milhões que passaram a 11, informou que o plano de saneamento, quando foi feito, teve-se em conta aquilo que estava lançado no mês de Maio, embora só tivesse chegado ao fim no mês de Setembro. Portanto, até ao encerramento das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

contas, houve muitas questões que só puderam ser consideradas, lançadas e muitas obras que entretanto terminaram, logo a principal diferença residia ali. Estava tudo indicado nas contas, com o parecer do revisor oficial de contas, como era de Lei, tendo inclusive, a Câmara, a preocupação noutras entidades, nomeadamente, na empresa municipal e na Fundação Robinson. Portanto, as contas estavam garantidas. No que dizia respeito à relação da Câmara com as entidades onde participa, também estavam aplicadas as regras contabilísticas que se utilizam naquelas situações. Quanto às dívidas a fornecedores, concerteza que diminuíram ao longo do ano e não se efectuaram os pagamentos por acaso e nem foi, directamente, um Vereador ou o Presidente a pagar aos mesmos, como já aconteceu com outros. Existiam situações de natureza formal e processual a seguir e que impedem que os pagamentos se efectuem. Disse também que o saneamento financeiro foi utilizado e pareceu-lhe que todos deveriam ficar tranquilos pois o mesmo foi para pagar obras. O saneamento financeiro não foi feito para pagar despesa corrente; os 17 milhões foram para pagar obras, já feitas e financiadas e daquele volume, apenas 16 mil euros é que foram utilizados para pagar a fornecedores. Portanto, sabem perfeitamente para onde foi o dinheiro. Frisou que era bastante simples ficar a saber quais foram as ditas obras. Desde 2002 até à data, a Câmara Municipal de Portalegre investiu a módica quantia de 100 milhões de euros em obras e sem contar com as do mercado, as da Fundação Robinson e as dos Serviços Municipalizados. A Câmara Municipal de Portalegre foi a que, no Alentejo, maior volume de fundos comunitários e apoios do Estado conseguiu para fazer obras, tendo o investimento elegível sido na ordem dos 70 milhões de euros e obteve-se uma comparticipação comunitário-nacional de 45.627.000,00€. Portanto o que estava expresso no referido empréstimo de saneamento financeiro, que nem todos os Municípios teriam coragem de fazer, não foi dinheiro para pulverizar em pequenos pagamentos e/ou facturas. Disse ainda que, em termos gerais, têm técnicos que sabem o que fazem e que os abalizam a tomar determinadas decisões, sem que se passe para os mesmos as responsabilidades que, efectivamente, não têm. Concluiu, dizendo que aquele Executivo começou em 2002 com uma Lei das Finanças Locais, a qual foi alterada por três vezes e as regras com que os Municípios se movimentaram também foram modificadas “n” vezes; cumpriu-se a Lei das Finanças locais em vigor à data da entrada em funções do Executivo actual e continuam a cumprir a Lei que, entretanto, foi aprovada; têm actualmente um excesso de endividamento líquido em resultado da alteração da mesma, mas no primeiro ano da aplicação foram obrigados a diminuir em dito endividamento em 10% e conseguiram diminuí-lo em 40%; no ano em análise tinham que diminuir em mais 10% e chegaram aos 30%. Portanto, em dois anos, diminuíram 70% do excesso de endividamento, dentro dos trâmites legais. Têm os pés assentes no chão e tudo aquilo que se fez foi investir em obras.-----

O Presidente da Câmara, Mata Cáceres, acrescentou que estava perfeitamente confiante em relação à situação financeira da Câmara e tinha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

consciência da situação que lhe estava subjacente e à forma organizativa de todo o processamento que as contas tinham. Disse que, na realidade, aquilo que os Portalegrenses mais precisam era de ver resolvidos os problemas que tinham à porta e que não se resolviam. Actualmente, se alguém lhe pudesse dizer que aquele serviço de dívida estaria inerente a um conjunto de investimentos malfeitos e sem nenhuma importância, estaria francamente preocupado, contudo, depois daquilo que aconteceu por toda a parte, nas variadas áreas já mencionadas em que se gastaram os 100 milhões de euros, os Portalegrenses poderão, certamente, dormir descansados porque o serviço de dívida da Câmara não se irá repercutir na vida de cada um, ao nível das suas casas. Ao invés, poder-se-ão preocupar sim com a condução do destino político que o país atravessa. -----

Solicitando o uso da palavra, Cristóvão Crespo disse ser aquela a questão essencial e o aspecto nobre da discussão que se deve ter na Assembleia Municipal. Só daquele modo se poderá perceber a perspectiva que cada força política tem do desenvolvimento do Concelho. O que ali estava em causa eram visões diferentes daquela questão. Referiu que, para o desenvolvimento do Concelho, teria dúvidas quanto à visão dos Membros do Partido Socialista ali presentes, porque, por vezes queixam-se do excesso de endividamento, outras vezes queixam-se da falta de obra. Afirmou que são dois aspectos dificilmente conciliáveis, porque se era necessário existir investimento, obrigatoriamente teriam de se socorrer de meios para tal. Se analisarem, unicamente, aquilo que foi o desempenho e a posição financeira da Câmara durante o exercício de 2008, abstraem-se do que aconteceu em anos anteriores e chega-se à conclusão que houve um equilíbrio entre o activo e o passivo; tanto assim que, o activo líquido aumentou 7,5 milhões de euros e um decréscimo do passivo de 11 milhões, o que equilibrou o passivo de 18 milhões, a médio e longo prazo. Na sua perspectiva os números estão com melhorias posicionais. Quanto à questão colocada por Adriano Capote, sobre o facto de o activo aparecer, referiu que a razão seria a consolidação do mesmo, ou melhor, com as imobilizações em curso e a conclusão das obras, a posterior valorização das mesmas tornam-se em activos no balanço. Mais achou ser deveras importante perceber que, ao longo do exercício, haver uma interrogação própria sobre qual a via a seguir e, quando se falou nos 17 milhões, comparar qual foi o valor dos projectos mais importantes, que importam em quase 29 milhões de euros. Obviamente que cada um retira daquilo as conclusões que desejar. -----

Novamente no uso da palavra, Adriano Capote disse que, até ao ano de 2006, a dívida não era boa nem má para a CDU. Foram capazes de perceber que, mesmo no início de 2007, votaram sempre a favor dos empréstimos que a Câmara Municipal de Portalegre propôs à Assembleia. A partir de 2007, a análise, do seu grupo partidário, mais consciente do que se estava a passar, levou-os a alertar o Executivo para o facto de não se perceber para onde é que estavam a caminhar e para até onde resolviam a dívida. Mais disse que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

quando a carência acabar e se os juros voltarem a subir, como é que aquela Câmara irá pedir mais empréstimos, a não ser em obras excepcionadas. Relembrou que, no empréstimo dos 17 milhões votaram contra, mas a maioria aprovou-os. Para um ano onde tinha sido previsto, para receitas de capital, 44,4 milhões, foram buscar 17 milhões e, no entanto só foram executados 27 milhões. Não serve de desculpa justificarem-se com os atrasos do QREN e da União Europeia, porque, de facto, se é bom por um lado também requer necessidades de planeamento e de previsão do que possa acontecer. Os números estão lá todos e o activo, desde que se contem as obras todas, também. Para o ano, provavelmente, começam as ser amortizadas, o que não seria executável no ano em curso e aumentaria o passivo. Disse ainda que, em termos de se ter conseguido um resultado líquido do exercício, desde 2008, melhor, tal facto se deveu à contenção de custos imposta, ao congelamento de progressão nas carreiras e toda uma série de factores que contribuíram para “encurtar os cordões à bolsa”. A certeza porém, foi que continuaram a prever grandes execuções que não conseguiram fazer mas, como tem sido natural, os planos a ser apenas um catálogo das obras, do qual se retira a mais competente. A propósito das receitas correntes, a Câmara Municipal de Portalegre, ficou, aparentemente, contente porque a estrutura daquelas estava mais equilibrada e porque o peso dos impostos directos, das transferências correntes e venda de bens e serviços baixou 20 pontos percentuais. Questionou-se como é que seria possível encontrar tais valores se o que, efectivamente, se passou foi os rendimentos da propriedade terem passado de 285.000,00€ para 27.700,00€, receita que, de certa forma, poderá sustentar alguma garantia de existirem receitas no futuro. Porventura a venda de bens e serviços em 2007 subiu de 2.700,00€ para 3.266,00€, ou melhor, subiu 90%. As taxas de crescimento, daquilo que a Câmara já não considera tão importante como eram os impostos directos, baixaram 138%, entre um ano e outro. Contudo, as rubricas que aparentemente continuariam a crescer de modo a criar uma dependência de exterior da Câmara, não estavam a perder peso. Em suma, não existe capacidade para criarem receitas correntes próprias o que, do ponto de vista de quem opta por um modelo de desenvolvimento, era uma vantagem para que o investidor privado respondesse à chamada, o que não se tinha verificado. Questionou o Executivo acerca das 150 empresas que estavam prometidas para a Zona Industrial. Quantas lá existiam actualmente? Chamou a atenção para o facto de, em Portalegre, existirem poucos privados nas diversas áreas com interesse ou motivação para fomentar o turismo, portanto, deduziu que o Executivo não foi capaz em quatro anos de os cativar ou fazer acreditar, o que era deveras preocupante.-----

No uso da palavra, Luís Testa disse ter gostado de ouvir o enaltecimento que Cristóvão Crespo fez à importância daquele ponto da ordem de trabalhos para o debate político e para o aprofundamento da democracia local. Contudo, não seria nem o ponto, nem o local para fazer luta político-partidária. Prestou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

esclarecimento sobre o ponto em que tinham mencionado a falta de obra ou o excesso de endividamento que, na sua opinião, se tratava das duas. Referiu que sobre a obra que se fez e deixou de fazer, a população de Portalegre terá opinião diferente da proferida e uma noção errada do que pensam ser as contas daquela autarquia, não conhecendo nem metade. Frisou o facto de que o investimento que a Câmara Municipal fez era descabido para o Concelho, estava longe das populações e não era indutor de investimento ao sector privado. Dirigindo a palavra ao Presidente da Câmara disse-lhe que, após ter feito, recentemente, vários agradecimentos ao Governo, o certo era que o próprio Governo fez mais investimentos em Portalegre do que aquilo que seria suposto perante os investimentos que a Câmara tem feito, uma vez que disseram ter gasto 70 milhões e o Governo granjeou 45 milhões. Mais disse que o Presidente da Câmara, nos últimos tempos, se tinha distanciado da população e que deveria de ouvir, atentamente, o que têm para lhe dizer, de forma a conhecer os anseios e preocupações da mesma. Por último, disse que, com todo aquele dinheiro, houve medidas que deveriam ter tomado fazer e não tomaram e questionou qual tinha sido o esforço concertado que a Câmara fez para trazer investimento privado? Quantos empresários foram contactados? O País actua através da AICEP e contactam milhares de empresas, promove reuniões e apoiam os interessados. Porque é que a Câmara não tinha um gabinete de apoio ao empresário para captação de investimento, como muitas Câmaras têm? Em conclusão, disse ainda que a realidade não era a oposição e sugeriu ao Presidente da Câmara para se inteirar da mesma. -----

Solicitando o uso da palavra, Albano Varela e Silva comentou a afirmação do Presidente da Câmara quando disse que "...a população podia estar descansada". De facto a dívida estava arrumada, já que era a longo prazo. O problema não vai ser nos próximos dois ou três anos, vai ser complicado nos próximos 5 ou 6 anos. No entanto, sabe-se que as pessoas não ligam muito às dívidas das instituições, porque estão mentalizadas de que irá haver sempre dinheiro e alguém que as pagará, venha de onde vier. No seu ponto de vista, seria preferível que se pensasse que a dívida é de todos. Disse que 45 milhões a dividir por 25000 pessoas daria cerca de 2000 euros de dívida a cada portalegrense, o que deveria ser reflectido. Frisou que a questão não estaria entre o dizer mal da obra e do endividamento; está sim em perceber que obra!? Bem como perceber se querem, ou não, endividarem-se para fazerem determinadas obras. Tal prioridade é que consiste na diferença das propostas das forças políticas. Mais disse que não se revê na totalidade em muitas das Câmaras do País, mas no que respeita a obras e endividamento, existe bem perto uma Câmara com muito mais obra e menos endividamento. A obra só faz sentido se pensarem se as pessoas vivem melhor. Questionou se o investimento que foi feito foi para as pessoas viverem melhor, para atraírem investimento privado e para fixar as pessoas em Portalegre? Considerou que a obra que foi feita, apesar de valorizar o património não foi uma obra para as pessoas e referiu que além da crise nacional e internacional, a verdade era que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

há menos qualidade de vida, há mais portalegrenses jovens a fugir de cá e mais idosos com sérios problemas. Por último disse que, num ponto tão importante quanto aquele, estranhou o facto de a Câmara não começou por apresentar o Relatório de Contas, ou melhor, começar por uma exposição de motivos para explicar as razões fundamentais do Relatório. Não deveriam estar à espera que a oposição intervisse para só depois responderem, caso a caso, e dizerem mais qualquer coisa, o que não lhe parecia ser um bom processo de execução de uma Assembleia Municipal. Apenas houve uma vez um avanço significativo numa apresentação de motivos num Orçamento dos Serviços Municipalizados, com a promessa de que a partir dali seria assim, já que possuíam mais técnicos e tecnologia mas, no entanto, ficaram pela promessa. Estavam a discutir um assunto relevante para a vida de todos e não tinham de estar, cada um, a fazer leituras. Se tivesse sido explicado tecnicamente, poderiam melhorar a discussão. -----

No uso da palavra, José Pinto Leite disse não concordar com a afirmação de que a dívida estava “arrumada”. A de longo prazo estava arrumada mas era necessário pagá-la; A dívida de curto prazo, no valor de 11 milhões, era quase 50% de um orçamento anual e não tinha ficado esclarecido quanto ao valor das dívidas à Fundação Robinson e ao Mercado Municipal. Disse não perceber, com clareza, os documentos e os valores indicados. Disse também estar convencido de que a listagem de facturas de 1 de Janeiro de 2008 estivessem mais que aceites, porque sabe que existem dívidas que não constam da mesma, não estavam oficializadas. Referiu que a questão dos números “gordos”, dos 100 milhões de obra que se falava e dos 45 milhões que vieram dos fundos comunitários, de ajuda do Governo, etc., portanto, fazendo as contas, a Câmara Municipal de Portalegre não pôs um tostão nas obras. Comparando com 2002, o valor foi de 3 milhões e mesmo assim, houve inclusive, algum dinheiro para as participações comunitárias. No seu entender, o que se passava com o excesso de endividamento e a falta de obras prendia-se com a escolha do investimento e, por outro lado, a eficiência da gestão. Na cidade houve grandes investimentos com derrapagens mínimas, como por exemplo o POLIS, o edifício da Câmara, em que as obras não aumentaram muito o valor inicialmente previsto, derivado da dita eficiência de gestão. Sabe-se que noutros casos o mesmo não se verifica, uma vez que existem obras que custaram muito mais do que o que se deveria ter gasto, como no caso das oficinas municipais e certos aspectos da Zona Industrial. ----

Pedindo o uso da palavra, Cristóvão Crespo, em resposta a Luís Testa, disse que o discurso referente ao 25 de Abril tinha a ver com a qualidade da democracia, a qual nunca esteve tão em causa como actualmente. Quanto à questão do investimento versus obra, questionou sobre que melhor investimento poderia haver que não o da Zona Industrial? Seria preferível ter os investidores antes de ter uma Zona Industrial ampliada? Disse que existiam outros aspectos que, politicamente, são complicados para serem discutidos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Quando se falou do dinheiro que o Governo dá, via programas comunitários, era uma visão menos própria da situação porque, em princípio, os instrumentos de financiamento comunitário têm regras próprias que não deverão estar sujeitas ao juízo político. Relativamente aos indicadores de desenvolvimento de outros Concelhos que foram mencionados desafiou os Membros a verem os indicadores sociais que acontecem nesses mesmos Concelhos e confrontarem com os de Portalegre.-----

No uso da palavra, Mata Cáceres questionou o Eng.º Pinto Leite, sobre o edifício da Câmara Municipal, qual tinha sido a metade que ele não teria feito? E qual era o preço pelo qual teria vendido os lotes da Zona Industrial, para reequilibrar as contas da Autarquia? Na verdade, toda aquela problemática tinha que ver com as obras o que o levou a colocar a questão ao Dr. Albano sobre quais seriam as obras que não teriam arrancado? Frisou que o Executivo não gastou dinheiro superfluamente. Qualquer um tinha o direito de não concordar com as obras efectuadas mas, quem está longe da realidade e das pessoas não era ele. Relativamente ao futuro, disse que teriam de esperar para ver. Quanto às afirmações de Luís Testa, disse que confundir os fundos que são canalizados para os investimentos que se têm vindo a fazer como uma esmola do Governo era perigoso, com a juventude que o caracterizava, enveredar por tal linha de pensamento e explicou que os fundos que vieram para a Câmara Municipal de Portalegre vieram por direito próprio, em agregação aos investimentos que fizeram, muitas vezes elogiados pelas entidades a quem se apresentaram, como foi no caso da candidatura do IRU, o projecto de requalificação urbana e da maior parte dos projectos que se tinham elaborado. Aquando do QREN, a Comissão Europeia esteve cá, as candidaturas foram apreciadas e aprovadas e não meteram nenhuma cunha. Exemplificou a situação ocorrida com o Call Center, uma vez que na altura da candidatura, tão depressa possuíam os indicadores acima de todos os outros e no dia a seguir criticaram a Câmara Municipal de Portalegre e os indicadores, surpreendentemente, foram os piores. Dizem que quando fecha uma fábrica em Portalegre, ouve dizer que a culpa é sua; quando fecha uma fábrica noutra distrito a culpa já era da conjuntura. Declarou não ter sido por falta de insistência e de contactar as entidades responsáveis que o Call Center deixou de vir para cá. Referiu inclusive o exemplo da central de biomassa que está adjudicada já há cerca de três anos e ainda se aguarda pela licença respectiva. Tratava-se de um investimento de 30 milhões de euros. Os outros investimentos, de que se falava, como no caso do Shopping, envolvia cerca de 8 milhões de euros e só não arrancou ainda porque a conjuntura de crise inibiu o investidor de arrancar com as obras; o investimento do Grupo Pestana implica perto de 40 milhões de contos no novo Shopping, o Grupo já tinha apresentado o plano de pormenor, juntamente com uma equipa multidisciplinar de técnicos, e já se encontrava na fase terminal de toda a tramitação; existe um outro plano de pormenor para ser desencadeado um novo hotel na Quinta da Penha, que corresponde a mais de três milhões de contos; estava também a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

decorrer um processo da Fábrica Fino's que entretanto recuou e não teve o andamento que esperavam. Portanto, estavam em presença de investimentos com um montante mais do que significativo, o qual nunca antes teve comparação nem expectativas iguais, para a cidade de Portalegre. Quanto à Zona Industrial, diga-se o que se disser, estão as empresas que estão, algumas a serem construídas, outras com o processo a tramitar e, informou que se uma ou várias multinacionais quiserem vir para cá, vêm porque têm condições para se instalarem e nem precisam de se instalar numa Rua que já esteja implantada, pois existe lá muito espaço de acolhimento. Voltou a referir que foram trezentos os lotes que foram acrescentados à Zona Industrial e, quando todos estiverem concluídos, se os empresários empregarem quatro ou cinco pessoas cada um, prefere ter aquele resultado de empregabilidade, do que de uma qualquer empresa multinacional. Disse ainda que estavam a ultimar uma outra situação respeitante a um grupo de investidores que, na actual conjuntura, possam vir a reinvestir na área da cortiça, para agregar às questões inerentes à Fábrica da Robinson. Concluiu a questão, desafiando os alguns dos Membros presentes a marcar um dia na agenda para darem uma volta junto de todas as obras e, lá em "cima" de cada uma, apontar o que está bem e/ou está mal, mesmo até a especificidade técnica das mesmas. Disse que, lamentavelmente, sabe de pessoas que estão em Lisboa e que são contactados para não o receberem. -----

No uso da palavra, Luís Testa informou o Presidente da Câmara que, noutros Concelhos, o desafio proposto se faz nas tardes dos dias em que há reuniões das Assembleias Municipais. Os partidos têm todo o direito de conhecer o andamento das obras em curso, para melhor se pronunciarem sobre as mesmas. Portanto, da parte do seu grupo, o repto estava aceite. Em relação aos investimentos mencionados, daqueles cinco, o único que lhe parecia ser possível de instalar na Zona Industrial era o da central da biomassa. Porque tem dúvidas de que o Grupo Pestana quisesse investir na Zona Industrial e Fábrica Fino's não se pode transportar para lá. Corroborou pois a posição, que ao longo dos últimos anos o Eng.º Pinto Leite tinha mantido naquela Assembleia Municipal, ao dizer que uma Zona Industrial é possível de criar faseadamente, porque nada se objecta em contrário. O facto de nenhuma, à excepção da central de biomassa, poder ser colocada na Zona Industrial, evidenciava que o investimento lá feito fora exagerado, porque teria sido possível fazê-lo faseadamente. Mais disse que quando o Sr. Presidente da Câmara se referiu às empresas que poderão vir instalar-se cá, poderiam fazê-lo porque têm o terreno para tal, no entanto, pelo andamento das negociações, irão continuar a ter o terreno durante muito mais tempo. No seu ponto de vista, o Presidente engana-se na premissa, porque o busílis da questão não seria o facto de as empresas quererem vir, mas sim se as forem buscar. O Executivo deverá agir proactivamente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Pedindo o uso da palavra, Manuel Vilela disse querer fazer um repto ao Luís Testa, que era conceder-lhe seis meses para ele trazer uma empresa, de fora, com vinte trabalhadores, uma vez que possuía tantos conhecimentos. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia, chamou a atenção aos Membros para que não houvesse diálogo nem qualquer tipo de provocações entre os mesmos, para que fosse possível avançar, ordenadamente, com os trabalhos.

No uso da palavra, Diogo Júlio disse que se tinham ultrapassado todas as expectativas das regras democráticas daquela casa, ou seja, a Mesa da Assembleia cortou a palavra do lado errado, porque quem não podia entrar em diálogo era a Câmara. Na sua opinião, nenhum Portalegrense poderia aceitar o desafio feito pelo Presidente da Câmara, para ir ver as obras, e dizer o que estava bem ou mal. No entanto, acrescentou que, quanto ao edifício onde se encontravam, faltava um espaço para que as todas bancadas tivessem condições para trabalhar. O Presidente da Câmara referiu, há algum tempo, que no edifício em causa estariam contemplados espaços para os partidos da Assembleia Municipal e instalações condignas para o efeito. Contudo, para se prepararem as Assembleias devidamente, o único espaço que o edifício tem é limitado para todos os partidos que o queiram utilizar, é no sótão e não tem ar condicionado. Apontou o facto de no Jardim da Corredoura, finalmente, já existir um parque infantil, demorou três anos e, aparentemente não foi assim tão difícil de lá colocar. Quanto à Zona Industrial, questionou o Executivo o porquê de ser considerada uma zona mista? Porque, daquele modo, era taxada como tal e os impostos eram mais caros, o que tornaria um terreno mais dispendioso, mesmo quando era dado. As questões que levantou, não eram no sentido de, única e exclusivamente, apontar os males mas sim para que fossem melhoradas. Ainda em relação ao Call Center, o que o perturbava não era o facto de não ter vindo para cá, mas sim as razões porque não veio; porque o que se teria vindo a verificar era a existência de mais um espaço de exploração de jovens qualificados, em trabalho não qualificado e mal pago. Referiu também que, o Grupo Pestana foi notícia, por terem dificuldades em pagar ordenados aos seus trabalhadores. Disse ainda que, em termos empresariais, a situação actual era expectável de melhorar porque senão, a Câmara Municipal de Portalegre, na figura do actual Presidente, iria ficar na história como Presidente da Comissão Liquidatária do Tecido Produtivo de Portalegre.-----

Novamente no uso da palavra, Albano Varela e Silva pediu ao Executivo que respondesse, concretamente, às questões que tinham sido colocadas pelo seu colega Pinto Leite, quanto ao valor das dívidas à Fundação Robinson e ao Mercado Municipal. -----

O Vereador António Biscainho informou que, com o Mercado existia um Protocolo com uma transferência anual de capital, aprovada naquela mesma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Assembleia; com a Robinson, à medida da disponibilidade financeira da Câmara, iam sendo aprovadas tranches de transferências, como tinha sido o caso da última, no valor de 250.000,00€, aprovada em reunião de Câmara. À medida que vão sendo colocadas as necessidades, a Câmara quantifica e liberta os valores necessários. -----

No uso da palavra, José Pinto Leite, voltou a perguntar se existiam dívidas e onde é que estavam discriminadas no mapa. Deu o exemplo de ter sido aprovado um mapa de transferência anual para o Mercado; teve de ser financiado, fez-se o empréstimo e a Câmara comprometeu-se a por, todos os anos, uma verba significativa. Portanto, não se sabia se a verba em causa foi transferida, ou não. Pelo relatório do ROC, referente à Fundação Robinson, sabiam que as verbas combinadas não tinham sido transferidas, mas não sabiam, explicitamente, os números implicados e, do Mercado, a situação era igual. Perante o banco, tal procedimento seria considerado uma dívida, aliás, a Câmara era a fiadora. Disse ainda que as perguntas do ponto em debate não estavam a ser respondidas directamente pelo Presidente e respectivo Executivo. Por fim, disse não ter sido a sua bancada a divergir e limitaram-se a seguir o curso dos acontecimentos. -----

Novamente no uso da palavra, António Biscainho repetiu a resposta dada anteriormente: existe um contrato programa aprovado à priori e que estaria a ser cumprido. A Câmara Municipal de Portalegre faz, anualmente as transferências para o Mercado Municipal, de acordo com o dito contrato. Relativamente à Fundação Robinson, existe um protocolo em que a Câmara ia transferindo para a Fundação verbas em função das necessidades que a mesma possa vir a ter. A Câmara Municipal de Portalegre não tinha nada deliberado que não tivesse entregue à Fundação. No orçamento existia uma rubrica, onde as transferências para a Fundação Robinson tinham um quantitativo no início do ano de 450.000,00€, e que foi, há pouco tempo, aprovada uma transferência de 250.000,00€. -----

No uso da palavra, Mata Cáceres acrescentou que grande parte das verbas que eram esperadas receber na Fundação eram reembolsos de investimentos já feitos. Existia muito dinheiro, relacionado com o processamento dos pagamentos do INTERREG ainda por receber. Disse que muitos falam das dívidas da Câmara mas ninguém fala dos recebimentos em atraso. Informou que foi feita uma candidatura à regeneração urbana, numa perspectiva de parceria com a Fundação e não têm nenhum interesse em não estar a corresponder às expectativas que a mesma tenha, até porque sem o sustento da Câmara a Fundação não sobreviveria. A Câmara Municipal de Portalegre apostou, seriamente, na Fundação Robinson e está em crer que virá a ser um caso sério de cultura no Alentejo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Cristóvão Crespo disse que, quanto à questão colocada pelo José Leite, seria uma falsa questão. Embora não conhecesse documento a documento, concerteza que o compromisso existente, em termos de orçamento, tinha sido cabimentado. Posteriormente, quando se tem o documento em mãos, não aparecem pagamentos efectuados, especificamente, a uma entidade, mas sim como fluxos de caixa ou incluídos numa rubrica de despesas de capital. -----

No uso da palavra, Albano Silva disse ser defensor de que os serviços em causa ou deveriam ser feitos pela Câmara ou entregues a uma empresa municipalizada, com autonomia para funcionar. A relação dos mesmos com a Câmara, ao ponto do seu Presidente ser um Vereador não lhe parecia ser de bom-tom. A sensação que ficava era de que, por vezes, o sistema era demasiadamente camarário e pouco empresarial e geralmente geram-se confusões desnecessárias. -----

O Presidente da Câmara informou que a Fundação não era uma empresa. Inicialmente, convidaram uma série de entidades para fazer parte dos corpos sociais e para integrarem a dita Fundação. Uma delas foi o Instituto Politécnico que, posteriormente, não obteve o estatuto para poder participar, no entanto o convite manteve-se actual. Sugeriu pois, que o novo Presidente do Politécnico delegasse na sua pessoa e passasse a participar em todas as reuniões e acompanhasse todo o processo do Instituto. -----

Solicitando permissão para interromper a intervenção do Presidente da Câmara, Albano Varela e Silva disse estar ali como eleito do PS e não como representante do Instituto Politécnico de Portalegre e lamentou que o Presidente confundisse aquelas duas posições. Não lhe pareceu de bom-tom. -

Novamente usando da palavra, Mata Cáceres disse que não era sua intenção ofender ninguém e o facto do professor Albano ser eleito pelo PS, não deixava de o conotar com responsabilidade pela actividade que tinha na Escola Superior de Educação e no Politécnico. Disse-o no sentido de ser possível incrementar a visibilidade e a transparência que era necessário ter para que o Instituto possa vir a ter uma participação mais activa. Informou inclusive que nada do que se passa quer na Fundação, quer no Mercado ou na Câmara Municipal de Portalegre era feitas de forma camuflada. -----

No uso da palavra Luís Testa disse que, na política, as pessoas não se podiam ofender e relevou as palavras anteriormente proferidas. Na sua opinião, o Presidente da Câmara teria maior legitimidade para convidar o eleito Albano Silva, do Partido Socialista, para pertencer aos órgãos de qualquer fundação ou instituição Municipal do que constranger o mesmo para formular o mesmo convite ao Presidente de uma Escola Superior. Mais referiu que na ordem de trabalhos não constava um ponto que gostaria de ver discutido, mas que tinha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

a ver com aquela questão, ou melhor, se existia algum motivo técnico para que as contas do Mercado Municipal não tivessem àquela Assembleia? Uma vez que, da Fundação Robinson, tinham a informação cabal prestada pelo ROC, talvez grande parte daquela discussão se tivesse revelado estéril, se tivessem a mesma informação, da parte do Mercado. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com nove votos contra, aprovar o Relatório acima mencionado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 16 de Abril de 2009.

27 – SMAT – Prestação de Contas do ano de 2008; -----
- Deliberação de 2009.04.16 –

Presente ofício n.º 3984, dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre, datado de 2009-04-08, remetendo documentos referentes à prestação de contas do ano de 2008.-----

A presente proposta de decisão não é geradora de despesas que careçam de cabimento. -----

A Câmara tomou conhecimento e, conforme o previsto na alínea e) do n.º 2, do Art.º 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A, de 11/01, deliberou aprovar os documentos em causa. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com nove abstenções, aprovar o documento dos SMAT, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 16 de Abril de 2009. -----

28 – Regulamento de Venda de Lotes de Terreno para Implementação de Instalações Industriais, Comerciais e ou Serviços e Equipamentos de Utilização Colectiva da Zona Industrial de Portalegre – Não exercício do Direito de Reversão até final do ano de 2010; -----
- Deliberação de 2009.04.16 –

Presente informação do Gabinete de Apoio à Vereação, datada de 2009-03-26, remetendo os ofícios das firmas Manuel Valente Rego, Vitalser, Ld.^a, Drinkpor, Ld.^a, Cerealpor, Ld.^a, Luís Dias Garcia, Ld.^a, nos quais solicitam uma prorrogação de prazo para entrega dos projectos de construção referentes aos lotes 161, 169, 316, 317 e 318 da Zona Industrial de Portalegre. Face ao exposto, propõe-se que a Autarquia não exerça o direito de reversão destes lotes por um período de 90 dias. Mais informa que a Empresa Fundilegre, Ld.^a, proprietária do lote 294 da Zona Industrial de Portalegre, não respondeu ao prazo imposto pela Autarquia para entrega dos projectos de arquitectura, sendo assim propõe-se que o Executivo delibere a reversão deste lote para o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Município. A presente proposta de decisão não é geradora de despesas que careçam de cabimento. -----

A Câmara tomou conhecimento e, considerando: -----

a) A difícil conjuntura económica actual; -----

b) A frequência, cada vez maior, com que estas questões se têm vindo a colocar, facto que, na maior parte das vezes, não pode ser desligado do considerando anterior; -----

c) A necessidade de o Município, na medida do possível, apoiar a estrutura económica local. -----

O Executivo, conforme previsto na alínea f), do nº 1, do Artº 64º e na alínea a), do nº 6, ambas da Lei nº 169/99, de 18-09, alterada pela Lei nº 2-A/2002, de 11-01, conjugadas com o disposto no Artº 12º do Regulamento de Venda de Lotes de Terreno para Implantação de Instalações Industriais, Comerciais e ou Serviços e Equipamentos de Utilização Colectiva da Zona Industrial de Portalegre, deliberou: -----

1. Retirar a proposta acima referida, para posterior apreciação; -----

2. Não exercer, como regra, o direito de reversão previsto no nº 1 do Artº 12º do Regulamento supra referido, a título excepcional e até ao final do ano económico de 2010, excepto nos casos em que a reversão obtenha o acordo do interessado; -----

3. Em situações pontuais, devidamente fundamentadas, o mencionado direito de reversão poderá ser accionado durante o período de excepção referido no n.º anterior, desde que aprovada pela Assembleia Municipal; -----

4. A situação de excepção, agora decidida, será reapreciada imediatamente antes do termo do período agora definido ou noutra altura, se a Câmara considerar que se justifica a sua alteração; -----

A Câmara deliberou, ainda, dispensar a apreciação pública da presente decisão, nos termos previstos no Artº 117º do CPA, uma vez que a mesma não acarreta novos deveres ou obrigações dos interessados. -----

O Presidente da Mesa informou os Membros do facto daquele ponto ter sofrido uma alteração e o que estava em causa era a não reversão do lote respectivo.

No uso da palavra, Albano Varela e Silva solicitou esclarecimento sobre se os projectos atrás mencionados tinham de ser apresentados até uma determinada altura estipulada pela Câmara?-----

Em resposta ao pedido formulado, o Presidente disse que os compradores dos lotes em questão tinham um prazo para apresentarem os projectos necessários. Contudo não cumpriram aquele prazo e, ao abrigo do Regulamento, os lotes ficaram sujeitos a poder reverter para a Câmara. Atendendo à crise, propôs-se rectificar o Regulamento de modo a permitir que não fosse feita a reversão e os interessados beneficiassem de mais tempo para regularizar a situação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Albano Silva questionou se aquela análise era feita caso a caso ou se era a regra a seguir? Porque, se era verdade que houve pessoas que adquiriram os lotes e que, actualmente, não tinham capacidade para apresentarem os projectos, porque a partir dali teriam que cumprir os tempos de construção previstos, também era verdade que muitos investidores tinham capacidade de o fazer e, daquele modo, aproveitam para não o fazer. Por vezes, as medidas de excepção das crises acabam por provocar paragens na economia. Alertou para o facto de a Câmara Municipal de Portalegre estar atenta para o caso de situações em que se saiba que não se trata de um problema de investimento mas sim de se usar a crise para não cumprir os prazos. -----

No uso da palavra, Mata Cáceres frisou que, actualmente, as regras de acesso ao crédito possuíam contornos completamente diferentes e pessoas que tinham acesso ao mesmo com relativa facilidade, passaram a deparar-se com outras exigências. Naquela questão, existia uma grande dose de humanismo porque se conhecem as pessoas e, na realidade, percebem quando estão em presença de indivíduos portadores de situações que lhes criam dificuldades.----

Pedindo novamente o uso da palavra, Luís Testa disse recordar-se da primeira vez que aquele ponto tinha sido ali discutido e, nessa altura, referiu que o assunto em causa estaria vertido no Regulamento e considerou-o uma aberração. Pela simples razão de o que lá estava disposto tratava-se de um poder discricionário usado pela Câmara para exercer, ou não, a reversão do lote, ou seja, se por múltiplas vezes fosse requerida, com fundamento, a reversão poderia não ser exercida. Contudo, aquela última alteração era agora bem mais clara, porque igualava todos os casos pela mesma bitola, exceptua o que tinha de ser excepcionado e tornava a norma transparente e abrangente, pelo que votaria a favor daquela alteração. -----

No uso da palavra, o Presidente da Câmara informou que o que se estava a tratar não era o que o Membro anterior teria entendido, mas sim, o facto de tomar a decisão não aleatória e não personalizada, que já era igual no anterior Regulamento.-----

No uso da palavra, José Pinto Leite disse que se tinha insurgido, anteriormente, contra a norma em questão, pois a Assembleia havia delegado na Câmara o poder de prorrogar os prazos de entrega dos projectos e não referia quantas eram as prorrogações possíveis. Entendeu pois que o procedimento não levaria a lado nenhum e, naquele caso concreto, em que o proprietário falhou o prazo, deveria ter feito um pedido à Câmara para ser prorrogado o prazo, o que não aconteceu e os serviços decidiram reverter os lotes. Obviamente, a Câmara terá de analisar as situações, caso a caso. No fundo, aquele Regulamento tinha de ser clarificado e ser igual para todos, porque o que irá acontecer é que toda a gente pára, é um sinal à economia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

para parar e haverá que incentivar os empresários que compraram na Zona Industrial a ir fazendo os projectos, mais atempadamente, para que, quando a economia arrancar, tenham tudo pronto. Portanto, poderá estar o Executivo a dar um sinal errado. Disse ainda que deveriam existir medidas compensatórias e uma tentativa de subsidiar os projectos para que andassem para a frente, caso contrário sujeitavam-se a ficar, até ao fim 2010, sem projectos. -----

O Presidente da Câmara disse que a intervenção anterior era de um conteúdo burocrático aflitivo, uma vez que, nenhum indivíduo deixaria de fazer um investimento por causa do projecto; a conjuntura é que fazia com que houvesse algum refrear da intenção dos empresários investirem. Informou que existem casos menos vulgares, na Zona Industrial, com grande perspectiva e que ainda não tiveram dinheiro para avançar com os projectos. A conjuntura está a ser penalizadora para os investidores actuais. Mais informou que, há bem pouco tempo esteve presente em Portalegre o Secretário de Estado da Indústria, o Prof. Castro Guerra, ao qual fez um reparo e, ao mesmo tempo, uma crítica, dizendo que os investidores desta zona são o que são e, por outro lado, os grandes mecanismos que foram anunciados, no âmbito do QREN, tiveram a ver com a inovação e a investigação. Claramente que a grande maioria dos investidores que cá estão precisam de apoios, fundamentalmente, para construírem o pavilhão, para dotar o mesmo da maquinaria respectiva e toda uma série de situações inerentes. Na sua opinião não existe nenhum quadro em que aqueles investidores possam bater à porta dos responsáveis para terem o apoio necessário, através do IAPMEI, para se instalarem. Frisou o facto de aquela ser, provavelmente, a razão mais importante que dificulta o aparecimento de mais empresas na região de Portalegre. -----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento acima mencionado, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 16 de Abril de 2009. -----

29 – Minuta do empréstimo a longo prazo até 853.897,89 €;-----
- Deliberação de 2009.04.16 –

Presente minuta do contrato de empréstimo de longo prazo até € 858.897.89, a celebrar com a Caixa Gera de Depósitos e o Município de Portalegre, na sequência da deliberação nº 1899, tomada em reunião do Executivo de 2008-12-23 e na sessão da Assembleia Municipal de 2008-12-29. -----

A presente proposta de decisão não é geradora de despesas que careçam de cabimento. -----

A Câmara tomou conhecimento e deliberou ao abrigo do Art.º 39º da Lei das Finanças Locais aprovar a referida minuta após se esclarecer que o empréstimo será utilizado apenas nas empreitadas: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- a) Ampliação/Requalificação das EB1/JI Assentos, Alagoa e Corredoura; -----
- b) Rede de Património de Portalegre – Edificado, Móvel e Imaterial; -----

No uso da palavra, Diogo Júlio solicitou esclarecimento ao Executivo da Câmara sobre o ponto apresentado. -----

Em resposta, Mata Cáceres informou tratar-se de um empréstimo que estava perspectivado para três empreitadas e iria passar para duas. Tinha a ver com obras a realizar nas Escolas e Museus. -----

No uso da palavra, Maria Alexandra Barata, disse que se tratava de uma candidatura, a qual tem parceria entre a Câmara Municipal de Portalegre e a Fundação Robinson. O Museu Municipal era das intervenções mais importantes a ser executada, uma vez que já estava fechado há algum tempo e, como se tratava de um imóvel classificado, a alínea possível de ser escolhida era a h), portanto atribuiu-se aquele nome, de forma a poderem incluir aquilo que interessava à cidade, que foi construir física e materialmente o Museu Municipal, ou seja, toda uma rede de património. Referiu que poderia facultar a dita candidatura para apreciação pois era bastante interessante. Mais informou que aquele empréstimo já havia estado na Assembleia Municipal, mas que, por lapso, estava mal feito o somatório o que obrigou à sua rectificação, uma vez que um dos item, o da regeneração urbana, que tem uma filosofia muito própria. Estavam aprovadas várias acções, uma das quais tinha de se submeter novamente à candidatura e não entrava naquele esquema. -----

Pedindo o uso da palavra, Albano Silva disse que era aquele tipo de esclarecimento que considerou ser imprescindível antes do início da discussão, antes de alguém falar, haver aquela explicação de motivo. Porque, de facto, o ponto era mais importante do que parecia, uma vez que já o tinham aprovado e, afinal não estava correcto. Questionou se ninguém se manifestasse, passaria em branco? Na sua opinião, o Executivo deveria ter mais atenção para que, em questões fulcrais, fazer uma explicação de motivos. -----

No uso da palavra, Mata Cáceres informou, veementemente, o professor Albano Varela e Silva, de que aquele processo estava descrito nos documentos e tanta obrigação tinha ele de explicar, como teria o Sr. professor de lhe perguntar. Acrescentou que, uma parte daquele empréstimo seria para as obras das três escolas, a outra para a reconfiguração do Museu, para a parte que não era participada nem financiada, à qual poderão recorrer ao empréstimo. A grande questão seria saber se a Assembleia votaria contra ou a favor. -----

No uso da palavra, Maria Carrapiço perguntou qual era, propriamente, o valor que estava errado? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O Vereador Biscainho Respondeu que, em Dezembro passado, esteve ali aquele procedimento, considerando três obras financiadas, a uma determinada percentagem, e, por Lei, os Municípios podem recorrer a um empréstimo bancário até 75% da parte não financiada. A Câmara tinha aquelas três candidaturas aprovadas no QREN: as três escolas, que estão praticamente prontas; a rede de património, onde se inclui o Museu Municipal, a desinfestação das obras de arte, o transporte, a classificação, o Plano Museológico, etc; estava igualmente uma das vertentes das parcerias para a regeneração urbana incluída. Referiu ainda que, os valores dispostos na soma eram a comparticipação comunitária; o saldo de responsabilidade da Câmara e os valores que a Lei permitiu que se recorresse a empréstimo e o lapso existiu na soma respectiva (853.897,89€). Tal lapso não foi visto pelo Executivo, nem pelos serviços, nem pela banca e chegou à Assembleia Municipal e também foi aprovado, sem qualquer reparo. Quando se passou à fase seguinte do processo, o mesmo decorreu normalmente, a Caixa Geral de Depósitos foi a entidade que apresentou as condições mais favoráveis e, quando chegou à parte da elaboração do contrato alertou para o facto de a soma não estar correcta. Disse ainda que há males que vêm por bem porque, entretanto, uma das parcerias existentes no processo que, não obstante estar aprovada a candidatura, para cada uma das acções, será necessário apresentar uma candidatura específica que merece, ou não, a aprovação final e estará depois sujeita a um contrato de financiamento. Posteriormente verificou-se que, retirando aquele projecto das parcerias para a regeneração urbana, a soma dos dois outros projectos ficava dentro do limite dos tais 853.897,89€, não exactamente. Portanto, a Caixa, já que tinha desenvolvido o processo, fez a minuta do contrato que já esteve em reunião de Câmara e que ali se apresenta, onde os valores já estão corrigidos, bem como não estava considerada a parceria para a regeneração urbana e consideram-se apenas, no mesmo empréstimo que já tinha estado na reunião de Dezembro, as duas acções. Eventualmente, poderia ter dispensado o assunto de voltar àquela Assembleia porque a mesma já tinha aprovado o empréstimo até ao valor estipulado, contudo e uma vez que poderia surgir problemas com o tribunal de Contas ou com a DGAL, não seria de bom-tom fazer-se a alteração e passar ao lado dos Membros da Assembleia Municipal. -----

Pedindo o uso da palavra, José Pinto Leite disse que, naquela discussão, em termos de comportamento, o Presidente da Câmara Municipal de Portalegre era, efectivamente, digno de censura, porque não estavam ali em debate político, numa mesa redonda. Relativamente ao empréstimo, viu as condições em que aparecia a taxa de juro e as mensalidades mas o spread não constava, o que o levou a pensar que, possivelmente, estaria bem negociado e seria uma taxa fixa, mas que ninguém tinha explicado com mais pormenor. -----

Novamente no uso da palavra, António Biscainho referiu que estava no contrato o tipo de spread, o qual era de taxa variável e, entretanto, quando o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

procedimento foi lançado, os spreads estavam a níveis bastante baixos. Se porventura tivessem anulado aquele processo e elaborassem outro, provavelmente, estariam com condições muito piores do que as que foram conseguidas, porque a taxa está indexada à Euribor, a 6 meses, implicando a subida percentual do spread. -----

No uso da palavra, o Presidente da Câmara afirmou que o que estava ali em causa era, principalmente, as obras no Museu. O spread estava a ser negociado e seria o que a banca concedesse. Não via qual a dificuldade. -----

Pedindo novamente o uso da palavra, o Vereador António Biscainho informou ainda que no documento onde são apresentadas as condições da Caixa Geral de Depósitos, estão reunidos todos os pressupostos para avançar o processo. Voltou a dizer que anulando aquele procedimento e partindo para outro, teriam um prejuízo considerável no negócio. -----

No uso da palavra, Albano Silva disse que, perante tudo aquilo que foi dito, não entendeu que fosse necessário ser votado o ponto, uma vez que parecia já estar votado. No fundo, o mais importante daquela questão era realmente terem o Museu reaberto. Questionou, no entanto, porque é que foi preciso estar fechado dois anos para se começar a fazer a obra? -----

Respondendo à questão, o Vereador António Biscainho disse que nas cópias do contrato não constava, por lapso, uma das páginas onde estariam especificadas as condições. Contudo, o concurso foi lançado há dois anos, foi adjudicada a obra e supuseram que existissem todas as condições para as obras começarem. No entanto, a empresa adjudicatária, de adiamento em adiamento, tardou a assinar o contrato da obra até que chegaram ao ponto em que não foi possível adiar mais e recorreram ao segundo classificado. Inclusivamente, porque na altura em que foi lançado aquele concurso havia uma perspectiva de financiamento indicada pelo POC (Programa Operacional da Cultura), ainda no âmbito do III QCA, de que a obra poderia ser financiada em regime de *overbooking*, o que os levou a lançar o concurso para iniciar a empreitada. Entretanto, a determinada altura, o POC comunicou, em Fevereiro de 2008 à Câmara para avançar com a obra, com a condição de estar concluída até Setembro do mesmo ano. A Câmara entendeu, que não iria ser possível, em tão pouco tempo, fazer a obra e ter o Museu aberto ao público. Disse ainda que, dentro daqueles termos, não pressionaram a empresa a assinar o contrato, na medida em que estavam na contingência de anular o mesmo, se porventura não obtivessem o financiamento. Contudo, quando abriram as candidaturas ao QREN, candidatou-se o projecto, foi aprovado e, a partir daquele momento, acelerou-se o processo para fazer a obra. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dois votos contra e seis abstenções, aprovar a minuta, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 16 de Abril de 2009. -----

Pedindo o uso da palavra, Luísa Moreira disse que as ordens de trabalho eram excessivamente carregadas, para Assembleias Municipais que se pretendiam participadas e, efectivamente, políticas. No entanto e dirigindo as suas palavras ao Membro daquela Assembleia, Luís Testa, informou-o ter havido algumas palavras que proferiu e que não teriam sido as mais agradáveis de escutar. Em jeito de desabafo, disse perceber que toda a juventude trabalhe com a juventude, no entanto, o facto de se ser jovem não era a justificação para tudo, ou para quase tudo. Ficou, relativamente, incomodada quando ouviu gente jovem defender que a prática política deva ser a do antigamente, quando existiam zangas, retóricas, agressões, etc. No seu entender, não será preciso fulanizar as questões, quando estão em debate e, efectivamente, o debate na Assembleia deverá ser entre as bancadas e não com a Câmara. Frisou o facto de ser imprescindível que o Executivo Camarário tivesse mais cuidado na apresentação dos documentos que eram entregues aos Deputados Municipais, pois era importante o acesso aos mesmos em pormenor e com melhor elaboração. -----

No uso da palavra, Dulce Carrapiço disse que, em relação ao que foi dito anteriormente, estava de acordo apenas com a segunda parte da intervenção da Luísa Moreira. Quanto à primeira, chamou a atenção, como mulher e como mãe, que todos ali eram eleitos, estão ali a representar o povo que os elegeu e não seria a senhora professora que lhes poderia estar a dar lições de moral.----

Usando da palavra, Luís Testa disse que, quanto ao que havia sido dito pela Luísa Moreira, não tinha tido o prazer de ter sido seu aluno. Contudo, informou-a de que a política poderia ser fulanizada, porque era a política dos homens e era preconizada pelo Presidente, pelos Vereadores e todos respondiam pelos seus actos enquanto políticos. Podem-se contestar as acções do Sr. Presidente, as suas intervenções, as dos eleitos, de toda a gente. Referiu ainda que não pretendeu ali adjectivar, excessivamente, pessoas ou constrangê-las pelas suas atitudes, antes pelo contrário.-----

30 – Fundação Robinson – Relatório de Gestão e Contas – Ano de 2008;-----
- (Para conhecimento dos Membros) –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- Centro Social e Paroquial de S. Tiago de Urra / Construção de Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção – Reconhecimento de interesse público do empreendimento e pedido de isenção de taxas; -----
- Deliberação de 2009.04.27 –

Presente o Processo Nº 4/2009, datado de 2009-01-08, sito na Freguesia da Urra, titulado pela Centro Social e Paroquial de S. Tiago de Urra, relativo ao pedido de isenção de pagamento de taxas – Construção de uma Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção, acompanhado de informação do DUOM, elaborada em 2009-04-22. -----

A Câmara tomou conhecimento e, conforme previsto no nº 3, do Art.º 15.º do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e de Taxas e Compensações Urbanísticas de Portalegre, deliberou reconhecer o interesse público do empreendimento em causa, pelo que aprova o pedido de isenção do pagamento de taxas, efectuado pela Centro Social e Paroquial de S. Tiago de Urra.-----

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o documento, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 27 de Abril de 2009. -----

- Fábrica da Igreja Paroquial de S. Tiago de Urra / Construção de Pavilhão Multiusos - Reconhecimento de interesse público do empreendimento e pedido de isenção de taxas;-----
- Deliberação de 2009.04.27 –

Presente o Processo Nº 188/2007, datado de 2007-12-14, sito na Freguesia da Urra, titulado pela Fábrica da Igreja Paroquial de S. Tiago de Urra, relativo ao pedido de isenção de pagamento de taxas – Construção de pavilhão multiusos, acompanhado de informação do DUOM, elaborada em 2009-04-22. -----

A Câmara tomou conhecimento e, conforme previsto no nº 3, do Art.º 15.º do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e de Taxas e Compensações Urbanísticas de Portalegre, deliberou reconhecer o interesse público do empreendimento em causa, pelo que aprovou o pedido efectuado. --

DELIBERAÇÃO: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o documento, conforme deliberação do Executivo tomada em reunião de 27 de Abril de 2009. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

=====



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, deu o Presidente da Assembleia, a palavra ao público presente na sala. -----

Solicitando o uso da palavra, Maria João Sofia disse estar ali em representação dos moradores da Rua do Marçal, naquela cidade. A Rua em causa, que fica por trás do Crisfal e desde há cinco anos atrás que têm vindo a pedir à Câmara Municipal de Portalegre a beneficiação da mesma, porque ficou por acabar. Entretanto, também já tinha sido solicitada a abertura daquela Rua e, até à data, nada foi feito pela Autarquia. Uma vez que moravam lá várias pessoas idosas, que para terem acesso tinham de subir 99 degraus, os quais se encontram em péssimo estado. Estava, pois, muito degradada e sem luz. Solicitam, uma vez mais, ao Executivo da Câmara que lá fossem e constatassem que era preciso actuar o mais rápido possível e arranjar aquela Rua. -----

FALTAS:

=====

Nos termos do n.º 5, do art.º 46.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua actual redacção, a mesa da Assembleia Municipal marcou falta a António Jaime Azedo e José Matos Rosa. -----

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Sr. Presidente, encerrada a 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, eram 01:30 horas, do dia 28 de Abril do ano de 2009 e da qual foi lavrada a presente acta, que será devidamente assinada, depois de lida e aprovada. -----

E eu, _____, 1.º Secretário da Mesa, a redigi e subscrevo.